

# Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel **CHOPINZINHO** PARANÁ

PROCESSO Nº 157/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 34/2019

# CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

**RECURSOS:** 

SECRETARIA DE SAÚDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07.02.103010016.2.038.3.3.90.30 (1837) FONTE: 303

IC- OK TCE - OK



#### Memorando 1.020/2019

Assunto: Contratação de Empresa especializada em fornecimento de medicamentos.

Via 1/2

Chopinzinho/PR, 24 de Junho de 2019 às 10:18

De:

Para:

SMA-LC - Licitações e Contratos

Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

SMA-LC - Licitações e Contratos

Esta documentação faz parte do Memorando 1.020/2019

#### Memorando 1.020/2019

Assunto: Contratação de Empresa especializada em fornecimento de medicamentos.

Via 2/2

Chopinzinho/PR, 24 de Junho de 2019 às 10:18

De:

Para:

SMA-LC - Licitações e Contratos

Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

SMA-LC - Licitações e Contratos

Esta documentação faz parte do Memorando 1.020/2019

TERMO DE ENTREGA

Matrícula:

Recebido em: \_\_\_/\_\_\_ às

Assinatura:

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel 3811, Bairro São Miguel, CEP 85560-000 • 1Doc • www.1doc.com.br Impresso em 24/06/2019 10:15:56 por Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo "Quer você acredite que consiga fazer uma coisa ou não, você está certo." - Henry Ford



# Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO

PARANÁ

#### DECRETO N° 001/2019, DE 03 DE JANEIRO DE 2019

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1° - Ficam nomeados a Sra. Josiane Moschen, CPF n° 010.576.599-67, RG n° 9.873.409-0-SSP/PR, como Presidente, o Sr Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 - SSP/PR e o Sr. João de Souza Bueno, CPF nº 553.918.509-91, RG nº 3.538.053-1 - SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2019.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4º do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2019, ficando revogado o Decreto nº 001/2018, de 04 de janeiro de 2018 e o Decreto nº 471/2018, de 25 de outubro de 2018 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR. 03 DE JANEIRO DE 2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná DIOEMS

EDIÇÃO Nº 3+66

# **SOLICITAÇÃO**

Senhor Prefeito:

A Secretaria de Saúde, tendo em vista a necessidade de contratação de empresa especializada em fornecimento de medicamentos, para atendimento à duas (02) gestantes de alto risco, uma em especial grávida de quíntuplos e outra com complicações em duas anteriores gestações, que resultaram em aborto. Salientando que os medicamentos prescritos para essas gestantes não estão contemplados na RENAME — Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e REMUME — Relação Municipal de Medicamentos, solicita a Vossa Excelência a autorização para a aquisição, através de Processo Licitatório, na modalidade em que se enquadrar, dos itens relacionados no Termo de Referência em anexo.

As responsabilidades técnicas pelo acompanhamento e fiscalização ficam a cargo da Secretaria de Saúde.

Nestes termos pede deferimento.

Chopinzinho/PR, de 18 de junho de 2019.

VILMARIZE BUFFON FRARON Secretária Municipal de Saúde



# Secretaria de Saúde

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para duas (02) gestantes de alto risco, durante todo período gestacional, destacando que os medicamentos prescritos a ambas, não estão contemplados na RENAME – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e REMUME – Relação Municipal de Medicamentos.

ÍTEM	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR R\$
01	360	Cápsulas	Damater® – Polivitamínico e Poliminerais	0,68691	247,29
02	360	Comprimidos	Dexfer® 400mg - Ferripolimaltose	0,61775	222,39
03	700	Comprimidos	Utrogestan® 200mg – Progesterona Micronizada	3,20357	2.242,50
		1		VALOR TOTAL R\$	2.712,18

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Considerando que os medicamentos prescritos para as duas gestantes de alto risco, não constam no elenco da RENAME – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, sendo esta lista o elemento norteador da composição da REMUME – Relação Municipal de Medicamentos.

Considerando que os medicamentos prescritos a essas duas gestantes de alto risco não fazem parte da REMUME.

Considerando que nos deparamos com um caso inédito de gestação de quíntuplos em nosso município, onde há a necessidade de medicamentos mais específicos para tratar e amenizar possíveis complicações (prematuriedade, desgaste nutricional, ameaça de aborto precoce).

Considerando que gravidez de alto risco, requer cuidados farmacológicos diferenciados e que são medicamentos que devem ser administrados até o final da gestação.

Considerando evitar possíveis casos de mortalidade materno infantil, pactuados junto à Sétima Regional de Saúde de Pato branco.



# Secretaria de Saúde

Considerando o receituário médico em anexo das pacientes Anieli Camargo Kurpel e Patricia Eduarda Sabenello.

#### 3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Justifica-se o preço total do Termo de Referência com base no menor orçamento por item dos preços obtidos junto às seguintes empresas:

- a) Jerônimo da Rocha Leão & Cia Ltda (anexo);
- b) Marli Terezinha Pan (anexo);
- AMF Comércio de Medicamentos Eirelle EPP (anexo);
   De modo a comprovar que não há superfaturamento no preço individual de cada item.
   Segue demonstrativo dos valores de cada um dos itens:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	JERÔNIMO DA ROCHA LEÃO & CIA LTDA	MARLI TEREZINHA PAN	AMF COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELLE - EPP	MENOR VALOR	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	360	Damater® – Polivitamínico e Poliminerais	R\$ 247,29	R\$ 538,96	R\$ 524,04	R\$ 247,29	R\$ 247,29
02	360	Dexfer® 400mg - Ferripolimaltose	R\$ 222,39	R\$ 484,70	R\$ 504,00	R\$ 222,39	R\$ 222,39
03	700	Utrogestan® 200mg – Progesterona Micronizada	R\$ 2.242,50	R\$ 2.640,00	R\$ 2.466,00	R\$ 2.245,50	R\$ 2.245,50

Por fim, justifica-se a adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, com base na pesquisa de preço de mercado.



## Secretaria de Saúde

#### 4. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1 Deverá ser entregue o quantitativo total dos insumos farmacêuticos com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Requisição - Pedido de Empenho.
- 4.2 Os medicamentos serão entregues na Farmácia da Unidade Central, Rua Coronel Santiago Dantas, 4864, Centro, Chopinzinho/PR, o recebimento será feito pela(s) farmacêutica(s), isento de frete e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.
- 4.3 Os medicamentos recebidos serão analisados pelas farmacêuticas da Secretaria Municipal de Saúde, se estão em conformidade com o solicitado.
- 4.4 A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento e execução dos serviços, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.
- 4.5 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 4.6 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- 4.7 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.



## Secretaria de Saúde

- 4.8 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 4.9 É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

#### 5. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 Fica estipulado o valor de R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 5.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria de Saúde, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 5.3 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 5.4 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 5.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- 5.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

#### 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 Compete à Contratante:
- 6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



## Secretaria de Saúde

- 6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 Compete à Contratada:
- 7.1.1. Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 8.1.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



## Secretaria de Saúde

8.1.1.8 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 8. GESTOR, FISCAL E FISCAL SUBSTITUTO.

- 8.1. Fica como responsável pela gestão do contrato a Secretária de Saúde Vilmarize Buffon Fraron.
- 8.2. A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Consuelo Ceni Riesemberg (titular) e Danielli de Lara (substituto).

#### 9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:
- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero vírgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;
- b) multa-dia moratória devido à suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal



## Secretaria de Saúde

e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

- c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- 9.2 Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

#### 10. RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

10.1. A pesquisa de preços ficou a cargo da Servidora Consuelo Ceni Riesemberg e Vilmarize Buffon Fraron.

Chopinzinho/PR, 18 de junho de 2019.

VILMARIZE BUFFON FRARON Secretária de Saúde

m

## **CORRESPONDÊNCIA INTERNA**

DATA: 18/06/2019

**ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS** 

**DESTINO:** SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RESERVA FINANCEIRA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA DUAS (02) GESTANTES DE ALTO RISCO – VALOR R\$ 2.712,18.

Em atenção à solicitação formulada, informo que **EXISTEM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** para assegurar o pagamento das obrigações, decorrentes do objeto especificado, à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

#### **SECRETARIA DE SAÚDE:**

07.02.103010016.2.038.3.3.90.30 ( 1837) FONTE 303

Atenciosamente,

RODRIGO JAZYNSKI Contabilidade

LUCIANI MONTEIRO CENCI Financeiro CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 18/06/2019

**ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO** 

**DESTINO:** SECRETARIA DE FINANÇAS/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA DUAS (02) GESTANTES DE ALTO RISCO, DURANTE TODO PERÍODO GESTACIONAL, DESTACANDO QUE OS MEDICAMENTOS PRESCRITOS A AMBAS, NÃO ESTÃO CONTEMPLADOS NA RENAME — RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS E REMUME — RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS.

Recebido a solicitação para contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos protocolada pela secretaria municipal de saúde, autorizo a abertura de Procedimento Licitatório.

ÁLVARÓ DÊNIS CENI SCOLARO

Prefeito Municipal

SUS m

Sistema Único de Saúde COLEUR FAMILIA EDLANDO SABELEIRO - AMETERTA 200000 OF PUTO RSGO RODO PARTO (Minstens: SENDES MEDIANO MEDIOS (Loso pormoção folimanos Celegrant) E UZANSGENTON Tiago C. Wainberg Gine¢ologista/Obstetra RM PR 37.553

06.06.18





AviEli Comogo kurrol

De ropio

O Umgeson 2005 14

prezon 2 cop un vogence

\$x cla prote

Tiago C. Wainberg Ginecologist //Obstetra CRM PR 37:553

27-08-19



Aviali camago fungal Was orap Domater - 19

(C) Domater - 190

2) DEX FER - 1 50 Pavijohnettore 400 m.cg

> Tiago C. Wainberg, Chesomeista Obstetra CRM PR 37:553

> > 2705-4.

Conims

Persente Durch amongs SESTANTE DE MUTIPES ACRESENTIVOLD Swoho Com Difficil thotomento 100 Sulfoto famoso ( Woold 40 sonuigo Pursuico) E EM RISO DE PENTO primone de vendo WINTER CHRAPETIAN VAPINDE Ginecologista/Obstetra CRM PR 37.553

06.06.19



Rotara adealos

200 Mgroe Por l'erates monordog of say 18- 15-30 After in vague con Compromisso com a vida! Fone: (46) 3242-8181

Voltando à consulta, queira trazer esta receita. E-mail: policlinicachopinzinho@gmail.com s, 4262 85560-000 - Chopinzinho - Paraná



JERÔNIMO DA ROCHA LEAO & CIA LTDA. CNPJ 11.747.657/0001-33 AV. XV DE NOVEMBRO – 4080, CENTRO TELEFONE (46) 3242-1535

## **ORÇAMENTO**

DAMATER C/360 CAPS	R\$ 247,29⊙ √
DEXFER C/360 CPR	R\$ 222,39 <i>Q</i> √
UTROGESTAN C/350 CPR	R\$ 1121,25 € ✓
UTROGESTAN C/364 CPR	R\$ 1166,10 ×

JERONIMO LEÃO

CNPJ: 11.747.657/0001-33

CRF 25855

AMF COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP

CNPJ: 17.615.512/0001-65

AV. XV DE NOVEMBRO, 4257, CENTRO, CHOPINZINHO, PR.

FONE: 46-32423905

RESPONSÁVEL LEGAL: AGNALDO FERNANDES

### **ORÇAMENTO**

- Damater com 30 cápsulas ...... 43,67 x 12 und = 524,04 reais
- Dexfer 400mg com 30 comp ... 42,00 x12 und = 504,00 reais
- Utrogestan 200mg com 42cps 137,00 x 9 und = 1.233,00 reais.

Valor total: 2.261,04 reais

17.615.512/0001-65 Fone: 46, 3242-3905

m

# MARLI TEREZINHA PAN CNPJ/MF n.º - 01.431.934/0001-40 IE: 90115649-22 CHOPINZINHO – PARANÁ

#### ORÇAMENTO DE MEDICAMENTOS

MEDICAMENTO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR	DESCONTO	VALOR FINAL
DAMATER C/ 30 COMP.	12	CX	R\$ 634,08	15%	R\$ 538,96
DEXFER 400MG C/ 30 COMP.	12	CX	R\$ 570,24	15%	R\$ 484,70
UTROGESTAN 200MG C/ 42 CAP.	09	CX	R\$ 1.553,04	15%	R\$ 1.320,00

Chopinzinho, 29 de Maio de 2019

Marli Terezinha Pan Administradora

90115649-22 MARLI THE THE PAR - MI

nonci Pom



# Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

#### CORRESPONDÊNCIA INTERNA - PARECER

DATA: 24/06/2019

ORIGEM: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**DESTINO:** DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REFERÊNCIA: PARECER REFERENTE SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE PARA

CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à autorização para início de Procedimento Licitatório para contratação de empresa para aquisição de medicamentos, constante no Termo de Referência, temos a informar:

De posse da documentação apresentada pela Secretaria de Saúde, entendemos ser perfeitamente viável a referida contratação e somos de parecer favorável que mesma seja realizada via Modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Atenciosamente.

Josiane Moschen

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



#### REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REG XXX	ISTRO DE EI	IPRESA - NIRE DA SED	E	NIRE DA FILIAL (preencher somenie se ato referente a filial)				
OME DO EMPRESARIO (completo, sen	n abrevlatura	3		xxx				
JERONIMO DA ROCHA LE		,						
ACIONALIDADE				ESTADO CIVIL				
BRASILEIRA				SOLTEIRO(A)				
EXO			BENS(se casado)	_	***************************************			
Masculino ILHO DE (pa)		XXX		(måe)				
DANILO DE VASCONCELO	LEAD			LAISE MARIA DA R	OCHALEAO			
(ASCIDO EM (data de nascimento)		DOCUMENTO DE IDEN	TIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF		CPF(número)	
29/10/1990		90454781		SSP	PR		054.627.639-30	
MANCIPADO POR (forma de emancipa	ção - somente	no caso de menor)		7				
XXX							INGUERO	
POMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av., etc) RUA RUI BARBOSA							NÚMERO 4287	
OMPLEMENTO	BAIRRO/D	ISTRITO		7 ICEP	CÓDIGO DO MUN	VICIPIO (Uso	da junta Comercial)	
CONDOMÍNIO ALTO DA GLORIA SOBRADO I	SAOS	EBASTIAO		85560-000	005958 - CI	AND DESCRIPTION OF THE PERSON		
UNICIPIO							UF	
Chopinzinho					1111		PR	
declara, sob as penas da l				ide empresária, que i	não possui outro	registro	de empresário e requer:	
JUNTA COMERCIAL DO	ESTAD	O DO PARANÁ		À JUNTA COME	RCIAL DO XXX			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO I	OTA OC			CÓDIGO E DES	CRIÇAO DO AT	0		
80 - INSCRIÇÃO				xxx				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO I	DO EVE	OTA		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO				
046 - TRANSFORMACAO	(			XXX				
IOME EMPRESARIAL							ENQUADRAMENTO	
JERONIMO DA ROCHA LE	ÃO						ME (Microempresa)	
OGRADOURO (rua,ev, etc)					a demonstration		NÚMERO	
AVENIDA XV DE NOVEMB							4088	
COMPLÉMENTO CALA	BAIRRO/D			85560-000			o da junta Comercial)	
SALA	CENT	10	UF	85560-000 PAIS	005958 - Chopinzinho			
Chopinzinho			l PR	BRASIL	luizcesar_1			
ALOR DO CAPITAL - R\$	VALOR DO	CAPITAL - (por extense	10.50.5050					
40.000,00		ta mil reais						
CÓDIGO DE ATNIDADE ECONÓMICA (CNAE Fiscal) Alividade Principal 4771701 Alividade Secundária 4729602, 4772500, 6619302  Descrição do Objeto COMERCIO VAREJISTA DE PI (4771-7/01), COMERCIO VARE PERFUMARIA, E DE HIGIENE MERCADORIA EM LOJA DE CI CONTAS EM NOME DE INSTIT		JISTA DE ARTIGOS D PESSOAL (4772-5/00) DNVENIENCIA (4729-6	E COSMETICOS, E O COMERCIO 5/02) E SERVICO	, PRODU VAREJI	ITOS DE STA DE			
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES		NUMERO DE INSCRIÇÃ	O NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SI	DE OU DE FILIAL DE	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE 1 - SIM	
26/03/2010 11.747.657/0001-33		1-33	OUTRA UF NIRE ANTER	and -	PR	DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 1 - SIM 3 - NÃO		
DATA ASSINATURA ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		RESÁRIO		manual				
21/01/2019						(FIKE)	IV- MODERNI	
ARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COM	MERCIAL					,	· 有用维护性。	
DEFERIDO. PUBLIC	VE-SE E		AUTENT				2190002326531	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Esle documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 01/02/2019 08:53 SOB N° 41108549694. PROTOCOLO: 190653302 DE 25/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900455997. NIRE: 41108549694. JERONIMO DA ROCHA LEÃO

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA SECRETÁRIO-GERAL CURITIBA, 01/02/2019 www.empresafacil.pr.gov.br

24





CERTIFICO O REGISTRO EM 01/02/2019 08:53 SOB N° 41108549694. PROTOCOLO: 190653302 DE 25/01/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900455997. NIRE: 41108549694. JERONIMO DA ROCHA LEÃO

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA SECRETARIO-GERAL CURITIBA, 01/02/2019 www.empresafacil.pr.gov.br

25 m

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.747.657/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
IOME EMPRESARIAL	IA LEAO						
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)							
	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL O varejista de produtos farmad	cêuticos, sem manipulaç	ão de fórmulas	***			
47.72-5-00 - Comércie 47.29-6-02 - Comércie	S ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁ o varejista de cosméticos, pro o varejista de mercadorias em endentes de instituições finan	dutos de perfumaria e de lojas de conveniência	higiene pessoa	l			
código e descrição da 213-5 - Empresário (I	NATUREZA JURÍDICA ndividual)						
LOGRADOURO AV XV DE NOVEMBR	0	NÚMERO 4088	COMPLEMENTO SALA				
CEP 85.560-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CHOPINZIN	IHO		UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (46) 3242-1	535				
ENTE FEDERATIVO RESPON	NSÁVEL (EFR)						
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				TA DA SITUAÇÃO CADA 5/03/2010	STRAL		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CAD	ASTRAL				-		
SITUAÇÃO ESPECIAL				TA DA SITUAÇÃO ESPE	CIAL		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/06/2019 às 10:24:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Imprimir





#### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

11.747.657/0001-33

Razão Social: JERONIMO DA ROCHA LEAO

Endereço:

AV XV DE NOVEMBRO / 4088 / CENTRO CHOPINZINHO - PR

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/06/2019 a 21/07/2019

Certificação Número: 2019062202305610444803

Informação obtida em 24/06/2019 11:38:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JERONIMO DA ROCHA LEAO

CNPJ: 11.747.657/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:29:34 do dia 29/05/2019 <hora e data de Brasília>. Válida até 25/11/2019.

Código de controle da certidão: CD27.F636.2F0A.0C36 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JERONIMO DA ROCHA LEAO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 11.747.657/0001-33

Certidão nº: 173666180/2019

Expedição: 06/06/2019, às 09:32:36

Validade: 02/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **JERONIMO DA ROCHA LEAO**(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n°
11.747.657/0001-33, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



### Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado

# 29

### Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 020035100-18

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 11.747.657/0001-33

Nome: JERONIMO DA ROCHA LEAO

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 04/10/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



# 🛊 Município de Chopinzinho - Paraná

### SECRETARIA DE FINANÇAS - DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

#### CERTIDAO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nome.....: JERONIMO DA ROCHA LEÃO CPF/CNPJ...: 11.747.657/0001-33

Endereço...: AV XV DE NOVEMBRO

Bairro....: CENTRO

Cidade....: CHOPINZINHO

Número Cad..: 188613

RG/Inscr...:

Número....: 4088

UF..... PR

FINALIDADE: Consulta de Débitos

OBS:

CERTIFICO, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos orgãos competentes desta Prefeitura, que em nome do Contribuinte, NÃO CONSTA DÉBITOS, referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Municipal de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do Contribuinte acima, que vierem ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <a href="http://www.chopinzinho.pr.gov.br/">http://www.chopinzinho.pr.gov.br/</a>.

Certidão emitida conforme Artigo 349 da Lei Municipal Nº 050/2009 de 18/12/2009.

Emitida em 06/06/2019. Válida até 60 dias após a data de emissão desta. Código/Ano da certidão.....: 2803/2019 Código de autenticidade da certidão: 529973501529973

Certidão emitida gratuitamente.

ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

Chopinzinho - PR, 06/06/2019.

#### FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 11747657000133

LIMPAR

Data da consulta: 24/06/2019 11:41:12

Data da última atualização: 23/06/2019 04:45:11

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro e	encontrado					



Consulta de Impedidos de Licitar

Tipo documento	CNPJ	<b>v</b> 1	Número documento	11747657000133	
Nome					
Período publicação : de			até		
Data de Início Impedimento: de			até		
Data de Fim Impedimento: de			até		

HUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 11747657000133!



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

### Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/06/2019 às 08:56) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 11.747.657/0001-33.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <a href="http://www.cnj.jus.br">http://www.cnj.jus.br</a> através do número de controle: 5CF8.FF77.0A88.B199



JERONIMO DA ROCHA LEÃO CNPJ: 11.747.657/0001-33 AV. XV DE NOVEMBRO Nº 4088

CEP: 85560-000 CHOPINZINHO - PR

# DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9° DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A JERONIMO DA ROCHA LEÃO, inscrita no CNPJ sob nº 11.747.657/0001-33, com sede à AV. XV NOVEMBRO, nº 4088, no Município CHOPINZINHO, Estado PARANÁ, neste ato representada pelo Sr JERONIMO DA ROCHA LEÃO, portador(a) da carteira de identidade RG nº 7.706.864-3 e inscrito(a) no CPF sob nº 054.627.639-30, **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município.

Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

**DECLARA**, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade \_\_\_\_\_ nº\_\_\_, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.



JERONIMO DA ROCHA LEÃO CNPJ: 11.747.657/0001-33

AV. XV DE NOVEMBRO Nº 4088

CEP: 85560-000 CHOPINZINHO - PR

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)
Finidades [	Decorrentes de Casamento/União	Estável:	
Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	•
2°	Pai/Māe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge
Afinidades	decorrentes de casamento/união	dos parentes consanguíneos:	
Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padastro/Madastra	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padastro/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ă)
3°	Avô (ó) do (a) Padastro/Madastra	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio

CHOPINZINHO - PARANA, 06 JUNHO 2019

11.747.657/0001-33

Av. XV de Novembro, 4088 Centro 85560-000 - Chopinzinho - Pfx

JERONIMO DA ROCHA LEÃO CPF: 054:627.639-30 EMPRESARIO TITULAR



JERONIMO DA ROCHA LEÃO CNPJ: 11.747.657/0001-33 AV. XV DE NOVEMBRO Nº 4088

CEP: 85560-000 CHOPINZINHO - PR M

#### CARTA DE CREDENCIAMENTO

Em cumprimento aos ditames editalícios, credenciamos junto ao Município de Chopinzinho, o Senhor JERONIMO DA ROCHA LEÃO, Carteira de Identidade n.º 7.706.864-3SSP-PR, inscrito no CPF n.º 054.627.639-30, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive, formular ofertas e lances de preços, interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Na oportunidade, declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no Edital e seus anexos.

Atenciosamente.

11.747.657/0001-33

CHOPINZINHO-PARANA 06 DE JUNHO DE 2019.

Av. XV de Novembro, 4088 Centro 85560-000 - Chopinzinho - PR

> JERONIMO DA ROCHA LEÃO CPF: 054.627.639-30 EMPRESÁRIO TITULAR

#### RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na **Divisão de Licitações e Contratos**.

Chopinzinho/PR, 24 de junho de 2019.

Micheli Leticia Dietrich Auxiliar Administrativo Divisão de Licitações e Contratos



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76,995,414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

### **AUTORIZAÇÃO**

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o Memorando nº 1020/2019 e considerando a formação de preços de mercado, objeto da presente, autorizo firmar contrato de Compra, através de Processo de Dispensa de Licitação, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deverão onerar os recursos orçamentários das categorias econômicas, conforme dotação, abaixo:

#### SECRETARIA DE SAÚDE

07.02.103010016.2.038.3.3.90.30 (1837) FONTE: 303

Por outro lado o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n. 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento de Dispensa de Licitação e Contrato, nos termos da Lei n. 8.666/93.

Chopinzinho, 24 de junho de 2019.

Álvaro Dênis Ceni Seolaro

Prefeito



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

#### (MINUTA) DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº\_\_\_\_/2019

Processo nº 157/2019

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 001/2019, resolve realizar licitação na modalidade Dispensa Licitação, do tipo MENOR PREÇO.

A presente Dispensa de Licitação por Limite está baseada no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### I - DO OBJETO

- 1.1 A Secretaria de Saúde, em sua Solicitação protocolada sob Memorando nº 1020/2019 requer a contratação de empresa para aquisição de medicamentos conforme descrito no Anexo I Descrição do Objeto, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto, o Objeto desta Dispensa de Licitação.
- 1.1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.1.3 Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes serão firmadas através de termo de aditamento.

#### II - DO JULGAMENTO

2.1 – Juntadas no mínimo três propostas de fornecedores distintos a Comissão de Licitação julgará como melhor oferta àquela que apresentar menor preço e estiver em acordo com o Objeto citado no Item I e descrito no Anexo I deste Edital.

#### III - DETENTOR DA MELHOR OFERTA

Fornecedor: JERONIMO DA	A ROCHA LEAO	
Endereço: Avenida XV de N	lovembro nº 4088, Bairro: Cer	ntro
Cidade: Chopinzinho	CEP: 85.560-000	U.F.: PR
CNPJ: 11.747.657/0001-33		
Representante Legal: Jeror	imo da Rocha Leao	
CPF: 054.627.639-30	RG: 9.04	45.478-1 SSP/PR

#### IV – DA HABILITAÇÃO

4.1.1 – Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 4.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- 4.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 4.1.3 Caso a Licitante apresente Registro Cadastral este substituirá a documentação do item.
- 4.1.4 Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.1.5 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 4.1.6 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 4.1.7 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

#### V - DA RAZÃO DA ESCOLHA

- 5.1 Optou-se pela contratação por Dispensa de Licitação devido a necessidade a apresentada pela Secretaria de Saúde, tendo em vista, que o Município de Chopinzinho tem a intenção de contratar empresa para aquisição de medicamentos, conforme justificativa e termo de referência em anexo.
- 5.2 Com base no disposto no Art. 24 da Lei 8666/93 é facultado a Administração Pública optar pela contratação por Dispensa de Licitação.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 5.2.1 "Inciso II" para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/05/98).
- 5.2.2 O Decreto Nº 9.412, de 18 de Junho de 2018, atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o Art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desta forma o limite da Dispensa de Licitação é de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 5.2.3 A Aquisição deste processo tem valor de R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos), portanto dentro do limite estabelecido anteriormente.

#### VI - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 A CONTRATADA se compromete a entregar os produto conforme descrito no Anexo I Descrição do Objeto, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.
- 6.2 Deverá ser entregue o quantitativo total dos insumos farmacêuticos com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Requisição Pedido de Empenho.
- 6.3 Os medicamentos serão entregues na Farmácia da Unidade Central, Rua Coronel Santiago Dantas, 4864, Centro, Chopinzinho/PR, o recebimento será feito pela(s) farmacêutica(s), isento de frete e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.
- 6.4 Os medicamentos recebidos serão analisados pelas farmacêuticas da Secretaria Municipal de Saúde, se estão em conformidade com o solicitado.
- 6.5 A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento e execução dos serviços, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.
- 6.6 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 6.7 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- 6.8 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

- 6.9 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 6.10 É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.
- 6.11 A vigência do termo contratual será de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato.

#### VII - DO PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do produto e desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração e acompanhado da respectiva nota fiscal que deverá ser processada pelo sistema eletrônico.
- 7.2 Fica estipulado o valor de R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 7.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria de Saúde, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 7.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 7.5 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 7.6 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- 7.7 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

#### VIII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1 Compete à Contratante:
- 8.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo:
- 8.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 8.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### IX – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Compete à Contratada:
- 9.1.1 Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.1.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 9.1.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.1.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 9.1.1.8 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### X - GESTOR, FISCAL E FISCAL SUBSTITUTO

- 10.1 Fica como responsável pela gestão do contrato a Secretária de Saúde Vilmarize Buffon Fraron.
- 10.2 A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Consuelo Ceni Riesemberg (titular) e Danielli de Lara (substituto).

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

#### XI – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:
- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero vírgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato:
- b) multa-dia moratória devido à suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

11.2 - Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

#### XII - DO PROSSEGUIMENTO

12.1 - A Comissão Permanente de Licitações encaminha à Procuradoria Geral do Município e requer que seja, conhecida a necessidade da aquisição, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho - PR, \_\_\_\_/\_\_/2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

Josiane Moschen

Presidente da CPL



CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

#### Anexo - I - Descrição do Objeto

ÍTEM	01 360 Cápsulas		JANT UND. DESCRIÇÃO		VALOR R\$	
01			Damater® – Polivitamínico e Poliminerais	0,68691	247,29	
02	360	Comprimidos	Dexfer® 400mg – Ferripolimaltose	0,61775	222,39	
03	700	Comprimidos	Utrogestan® 200mg – Progesterona Micronizada	3,20357	2.242,50	
			-	VALOR TOTAL R\$	2.712,18	



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

#### (MINUTA) CONTRATO N° /2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA JERONIMO DA ROCHA LEAO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, nesta cidade, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 - SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: JERONIMO DA ROCHA LEAO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida XV de Novembro nº 4088, Bairro: Centro, CEP: 85.560-000 no município de Chopinzinho. estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 11.747.657/0001-33, telefone (46) 3242-1535, neste ato representado Legalmente pelo Senhor Jeronimo da Rocha Leao, portador do CPF 054.627.639-30 e RG 9.045.478-1 SSP/PR, ora denominado CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com o Processo Licitatório nº 157/2019, na Modalidade Dispensa de Licitação nº\_\_\_\_/2019, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

ÍTEM	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR R\$
01	1 Shill Cancillac		Damater® – Polivitamínico e Poliminerais	0,68691	247,29
02	360	Comprimidos	Dexfer® 400mg – Ferripolimaltose	0,61775	222,39
03	700	Comprimidos	Utrogestan® 200mg – Progesterona Micronizada	3,20357	2.242,50
				<b>VALOR TOTAL R\$</b>	2.712,18

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Fica estipulado o valor de R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria de Saúde, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: SECRETARIA DE SAÚDE: 07.02.103010016.2.038.3.3.90.30 (1837) FONTE: 303

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA se compromete a entregar os produtos conforme descrito no Anexo I – Descrição do Objeto, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.

Deverá ser entregue o quantitativo total dos insumos farmacêuticos com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Requisição - Pedido de Empenho.

Os medicamentos serão entregues na Farmácia da Unidade Central, Rua Coronel Santiago Dantas, 4864, Centro, Chopinzinho/PR, o recebimento será feito pela(s) farmacêutica(s), isento de frete e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.

Os medicamentos recebidos serão analisados pelas farmacêuticas da Secretaria Municipal de Saúde, se estão em conformidade com o solicitado.

A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento e execução dos serviços, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.

Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

A vigência do termo contratual será de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA QUALIDADE

A CONTRATADA fica obrigada a entregar os produtos conforme solicitação, de acordo com proposta apresentada e Cláusula Primeira do contrato, não sendo permitida sua substituição e este deverá ser entregue com qualidade.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

Deverá ser entregue o quantitativo total dos insumos farmacêuticos com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Requisição - Pedido de Empenho.

A vigência do termo contratual será de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

#### Da Contratada:

O Produto deverá ser de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 157/2019 – Dispensa de Licitação nº \_\_\_\_/2019, os documentos do Processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

§ 1º - A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Secretaria de Saúde, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

§ 2º - A CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o obieto com avarias ou defeitos:

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### Da Contratante:

Efetuar o pagamento ajustado.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.

Parágrafo Único - A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### Compete à Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo:

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado:

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização da entrega dos produtos, podendo suspender sua entrega desde que não atendam as expectativas da Secretaria de Saúde.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Fica como responsável pela gestão do contrato a Secretária de Saúde Vilmarize Buffon Fraron.

A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Consuelo Ceni Riesemberg (titular) e Danielli de Lara (substituto).

#### CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

Os contratantes decidem aplicar aos contratos decorrentes desta Licitação, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorcões médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato:
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado. ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do contrato será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

VI - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer razão do subitem anterior, implicará a apuração de perdas e danos e a aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - Os contratantes resolvem aplicar ao contrato gerado por esta licitação, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos a luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Chopinzinho, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente por si e seus sucessores em quatro vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.



# Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Chopinzinho - PR, \_\_\_\_/\_\_/2019.

Município de Chopinzinho Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito Contratante

Jeronimo da Rocha Leao Jeronimo da Rocha Leao - Representante Legal Contratada

Vilmarize Buffon Fraron Gestora do Contrato

Consuelo Ceni Riesemberg Fiscal do Contrato

Danielli de Lara Fiscal Substituta do Contrato

Testemunhas:		
NOME:	NOME:	



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº\_\_\_\_/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Jeronimo da Rocha Leao. CNPJ: 11.747.657/0001-33. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos. Valor R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos). Origem: Dispensa de Licitação nº\_\_\_\_/2019. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93. Elementos de despesa: (1837) Fonte: 303. Data da assinatura \_\_\_/\_\_\_/2019. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Jeronimo da Rocha Leao, pela Empresa.



#### Memorando 2: 1.020/2019

Via 1/2	Chopinzinho/PR, 27 de Junho de 2019 às 11:25
De:	Para:
SMA-LC - Licitações e Contratos Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo	PGM - Procuradoria Geral do Município
Esta documentação faz parte do Desp	pacho 2: 1.020/2019
Memorando 2: 1.020/2019	
Via 2/2	Chopinzinho/PR, 27 de Junho de 2019 às 11:25
De:	Para:
SMA-LC - Licitações e Contratos Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo	PGM - Procuradoria Geral do Município
Esta documentação faz parte do Desp	pacho 2: 1.020/2019

Matricula:

Assinatura:

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel 3811, Bairro São Miguel, CEP 85560-000 • 1Doc • www.1doc.com.br Impresso em 27/06/2019 11:24:33 por Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

TERMO DE ENTREGA

Recebido em: \_\_\_ /\_\_ /\_\_ às

"A verdadeira motivação vem de realização, desenvolvimento pessoal, satisfação no trabalho e reconhecimento." - Frederick Herzberg



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO N.º 157/2019

DESPACHO N.º 306/2019/PGM-FLSA

1 Trata-se do Processo Licitatório n.º 157/2019 — Dispensa de Licitação, pelo qual a Secretaria de Saúde pretende a contratação de empresa para aquisição de medicamentos, ao preço de R\$ 2.712,18 (dois mil e setecentos e doze reais e dezoito centavos).

2 Antes de emitir parecer jurídico, imprescindível que a Secretaria de Saúde:

- a) informe se há medicamentos similares aos prescritos nos atestados médicos de fls. 14/18 e que podem ser fornecidos pelo SUS, tendo em vista que a Secretaria informou que os medicamentos prescritos não estão contemplados no RENAME -Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e REMUNE - Relação Municipal de Medicamentos (fls. 04);
- b) providencie a manifestação do médico prescritor (Tiago C. Wainberg), para que preste esclarecimentos sobre a pertinência e necessidade da prescrição, eis que se trata de medicamento que não consta no RENAME e REMUNE, nos termos do Enunciado n.º 58 da III Jornada de Direito da Saúde do CNJ<sup>1</sup>;
- c) quanto ao item anterior, constatando-se a inefetividade do tratamento oferecido pelo SUS, no caso concreto, deve ser demonstrada por relatório médico (i) que a indique e descreva as normas éticas, sanitárias, farmacológicas (princípio ativo segundo a Denominação Comum Brasileira) e (ii) que estabeleça o diagnóstico da doença (Classificação Internacional de Poder Judiciário Conselho Nacional de Justiça 4 Doenças), indicando o tratamento eficaz, periodicidade, medicamentos, doses e fazendo referência ainda sobre a situação do registro ou uso autorizado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, fundamentando a necessidade do

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> ENUNCIADO Nº 58. Quando houver prescrição de medicamento, produto, órteses, próteses ou procedimentos que não constem em lista Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME ou na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde - RENASES ou nos protocolos do Sistema Único de Saúde - SUS, recomenda-se a notificação judicial do médico prescritor, para que preste esclarecimentos sobre a pertinência e necessidade da prescrição, bem como para firmar declaração de eventual conflito de interesse.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO

85.560-000

tratamento com base em medicina de evidências, nos termos do Enunciado n.º 12 da III Jornada de Direito da Saúde do CNJ;<sup>2</sup>

d) providencie a manifestação do Gestor do SUS, para que identifique alternativas terapêuticas e competência do Ente Federado, quando aplicável, nos termos do Enunciado n.º 13 da III Jornada de Direito da Saúde do CNJ. 3

3 Após, retornem os autos para análise.

Chopinzinho (PR), em 1º de julho de 2019.

FÁBIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE PROCURADOR GERAL DECRETO 014/2018 - OAB/PR 26.368

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> ENUNCIADO Nº 12 A inefetividade do tratamento oferecido pelo Sistema Único de Saúde - SUS, no caso concreto, deve ser demonstrada por relatório médico que a indique e descreva as normas éticas, sanitárias, farmacológicas (princípio ativo segundo a Denominação Comum Brasileira) e que estabeleça o diagnóstico da doença (Classificação Internacional de Doenças), indicando o tratamento eficaz, periodicidade, medicamentos, doses e fazendo referência ainda sobre a situação do registro ou uso autorizado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, fundamentando a necessidade do tratamento com base em medicina de evidências (STJ -Recurso Especial Resp. nº 1.657.156, Relatoria do Ministro Benedito Gonçalves - 1º Seção Cível - julgamento repetitivo dia 25.04.2018 - Tema 106). (Redação dada pela III Jornada de Direito da Saúde - 18.03.2019).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> ENUNCIADO Nº 13. Nas ações de saúde que pleiteiam o fornecimento de medicamentos, produtos ou tratamentos, recomenda-se, sempre que possível, a prévia oitiva do gestor do Sistema Único de Saúde - SUS, com vistas a, inclusive, identificar solicitação prévia do requerente, alternativas terapêuticas e competência do ente federado, quando aplicável (Saúde Pública e Suplementar). (Redação dada pela III Jornada de Direito da Saúde -18.03.2019).



#### Memorando 4: 1.020/2019



Via 1/2

Chopinzinho/PR, 01 de Julho de 2019 às 09:59

De:

PGM-LIC - Licitação

Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador Geral

Para:

SMS - Secretaria de Saúde

A/C Vilmarize Buffon Fraron - Secretaria

Esta documentação faz parte do Despacho 4: 1.020/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital ICP-Brasil



Memorando 4: 1.020/2019



Via 2/2

De:

PGM-LIC - Licitação

Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador Geral

Chopinzinho/PR, 01 de Julho de 2019 às 09:59

Para:

SMS - Secretaria de Saúde

A/C Vilmarize Buffon Fraron - Secretaria

Esta documentação faz parte do Despacho 4: 1.020/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital ICP-Brasil

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel 3811, Bairro São Miguel, CEP 85560-000 • 1Doc • www.1doc.com.br Impresso em 01/07/2019 10:00:38 por Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador Geral (matrícula 21204) 
"As críticas são a motivação para o sucesso." - Vitorio Furusho



#### Memorando 1.083/2019



### Assunto: SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Chopinzinho/PR, 09 de Julho de 2019

Em atenção ao Despacho nº 306/2019/PGM-FLSA, a Secretaria Municipal de Saúde apresenta as informações pertinentes:

- a) N\u00e3o h\u00e1 medicamentos similares dispon\u00edveis no elenco do Sistema \u00danico de Sa\u00edde SUS aos prescritos;
- b) Segue em anexo manifestação do Médico Prescritor Tiago Chaves Wainberg.
- c) Segue em anexo manifestação do Médico Prescritor Tiago Chaves Wainberg.
- 4. d) Os medicamentos adquiridos do componente básico (competência municipal) são através de dois consórcios: Consórcio Intermunicipal de Saúde – Conims, e o Consórcio Paraná Saúde. Em ambos os consórcios, não há disponibilidade dos medicamentos solicitados, ressaltando que o município não realiza licitação própria para aquisição de medicamentos.

Além do mais, considerando o que se pede sobre o enunciado nº 13 da III Jornada de Direito da Saúde do CNJ, o que pode ser realizado pela Secretaria de Saúde para prevenir futuras situações semelhantes, é solicitar ao Consórcio Intermunicipal de Municípios — Conims, a inclusão desses itens para a próxima licitação, que está prevista para o início do ano de 2020. Entretanto, isso não garante a disponibilidade do medicamento, tendo em vista fatores que podem influenciar a aquisição do mesmo, tais como inadimplência dos fornecedores, entre outros.

Além disso, enfatizamos que se tratam de casos esporádicos e excepcionais, solicitando assim a dispensa de licitação para aquisição desses insumos.

Atenciosamente,

VILMARIZE BUFFON FRARON

Secretária Municipal de Saúde

Gabriele Karine Lucion Paz

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel 3811, Bairro São Miguel, CEP 85560-000 • 1Doc • www.1doc.com.br Impresso em 09/07/2019 10:49:53 por Gabriele Karine Lucion Paz - Auxiliar Administrativo

"Acredite em si próprio e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você." - Cynthia Kersey



60

Resposta ao processo nº 157/2019

Despacho nº 306/2019/PGM-FLSA

Venho eu Tiago Chaves Wainberg , médico ginecologista obstetra acompanhando a paciente Anieli Kurpel por meio de consultas obstétricas pelo conims , responder por meio desta as manifestações a mim solicitados pelo procurador geral Fábio Luiz Santin de Albuquerque .

Dos intens solicitado:

b) Foram prescritos principalmente **progesterona micronizada** 200 mg e (noripurum ) **sacarato de hidróxido de ferro III** venoso junto ao Neutrofer 500 mg (**glicinato férrico**), uma vez que há necessidade de manter a tocólise uterina (ou seja evitar contrações uterinas que possam acarretar em parto prematuro ou aborto dos fetos ) e tratando o quadro instalado de anemia moderada na gravidez.

c) diante do quadro de anemia na gravidez CID O 99.0 e ameaça de perda dos fetos CID O 20.0

decorrente da gravidez múltipla (quíntuplos) houve necessidade de manter a progesterona micronizada e que não existe outro medicamento no Brasil com comprovado efeito de tocólise mais indicado o adequado que este .

Inicialmente também foi receitado sulfato ferroso 40 mg para a paciente diante da anemia instalada durante a gravidez em curso , o tratamento não surtiu efeito apresentando ainda anemia materna e outros sintomas decorrentes da anemia, então foi iniciado o noripurum (hidróxido de ferro III) venoso junto ao glicinato férrico que continha maior quantidade de ferro e de melhor absorção, que gerou uma melhora nos escores de hemoglobina materna (melhorando da anemia).

A progesterona micronizada de 200 mg está indicada de forma a ser usada dois comprimidos via vaginal noturno por tempo continuo para evitar trabalho de parto indesejado.

O sacarato de hidróxido de ferro III 100 mg/5 ml utilizado uma vez por dias , por um tempo de 5 dias para melhorar o quadro de anemia instalado.

Ambas as medicações fazem parte da rotina obstétrica em todas as maternidades do Brasil.

Desde já agradeço aos questionamentos e me coloco à disposição que para contribuir com que for necessário e justo perante a lei .

ASS: Tiago Chaves Woisberg
Tiago Chaves Wainberg

o chaves wanter

05/07/2019



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-8600 - Fax (46) 3242-8604 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811

Bairro São Miguel 85560-000 CHOPINZINHO - PARANÁ

Chopinzinho - PR, 10 de Julho de 2019.

A Secretaria de Saúde de Chopinzinho vem por meio deste informar que os medicamentos adquiridos do componente básico (competência municipal) são através de dois consórcios: Consórcio Intermunicipal de Saúde (Conims), e o Consórcio Paraná Saúde, em ambos os medicamentos solicitados não estão disponíveis, e vale ressaltar que o município não realiza licitação própria para aquisição de medicamentos.

Ainda respondendo ao que se pede considerando o Enunciado nº 13 da III Jornada de Direito da Saúde do CNJ, o que pode ser realizado pela Secretaria de Saúde prevendo futuras situações semelhantes é solicitar ao Conims inclusão desses itens na próxima licitação que ocorrerá no início do próximo ano (2020). Entretanto, isso não dá garantias da disponibilidade dos medicamentos, tendo em vista fatores que podem influenciar a aquisição por meio do Conims, como por exemplo, inadimplência dos fornecedores, entre outros.

Além disso, é importante enfatizar que se tratam de casos esporádicos e excepcionais, por isso, solicita-se a dispensa de licitação para aquisição desses insumos, cabendo informar ainda que os medicamentos solicitados em consulta junto à Anvisa possuem registro a seguir relacionados, bem como segue em anexo documento comprobatório:

-Utrogestan (progesterona), registro Anvisa: 187590001

-Damater (polivitamínico com minerais), registro Anvisa: 186100009

-Dexfer (ferripolimaltose), registro Anvisa: 100431206

Sem mais, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

B.

Vilmarize Buffon

Secretária Municipal de Saúde



### 00

### Consultas

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Consultas / Medicamentos / Medicamentos

		Detalhe do Produto: I	DEXFER		
Nome da Empresa Detentora do Registro	EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.	CNPJ	61.190.096/0001-92	Autorização	1.00.043-8
Processo	25351.521080/2016-59	Categoria Regulatória		Data do registro	17/04/2017
Nome Comercial	DEXFER	Registro	100431206	Vencimento do Registro	04/2022
Princípio Ativo	FERRIPOLIMALTOSE			Medicamento de referência	-
Classe Terapêutica	VITAMINAS E SUPLEMENTOS MINERAIS		ATC		
Parecer Público	-	Bula Paciente	PDF	Bula Profissional	∠ PDF

Expandir Todas

900



ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Consultas / Medicamentos / Medicamentos

		Detalhe do Produto: UTF	OGESTAIN		
Nome da Empresa Detentora do Registro	BESINS HEALTHCARE BRASIL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ	11.082.598/0001-21	Autorização	1.08.759-
Processo	25351.017530/2012-27	Categoria Regulatória		Data do registro	05/11/201
Nome Comercial	UTROGESTAN	Registro	187590001	Vencimento do Registro	11/2022
Princípio Ativo	PROGESTERONA			Medicamento de referência	-
Classe Terapêutica	PROGESTAGENOS SIMPLES			ATC	
Parecer Público		Bula Paciente	PDF	Bula Profissional	A POF



ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Consultas / Medicamentos / Medicamentos

		Detalhe do Produto: D	AMATER		
Nome da Empresa Detentora do Registro	GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÈUTICA LTDA.	CNPJ	10.555.143/0001-13	Autorização	1.08.610-7
Processo	25351.322735/2017-34	Categoria Regulatória		Data do registro	06/11/2017
Nome Comercial	DAMATER	Registro	186100009	Vencimento do Registro	05/2023
Princípio Ativo	ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL, BETACAROTENO, CARBONATO DE CÁLCIO, CIANOCOBALAMINA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, COLECALCIFEROL, FUMARATO FERROSO, NITRATO DE TIAMINA, RIBOFLAVINA, ÁCIDO ASCÓRBICO, ÁCIDO FÓLICO, ÓXIDO DE ZINCO			Medicamento de referência	-
Classe Terapêutica	POLIVITAMINICOS COM MINERAIS			ATC	
Parecer Público		Bula Paciente	POF	Bula Profissional	人 POF





### 1Doc

Memorando 6: 1.020/2019

De:

Fábio A. - PGM-LIC

Para: SMS - Secretaria de Saúde - A/C Vilma...

Data: 11/07/2019 às 11:56:26

Em anexo o Parecer Jurídico n.º 266/2019/PGM-FLSA.

Fábio Luiz Santin de Albuquerque

**Procurador Geral** 

Decreto 014/2018 - OAB/PR 26.368

Anexos:
Parecer n.º 266-2019 - Processo n.º 157-2019 - Saúde - Dispensa (Contratação de Empresa para Aquisição de Medicament

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/ e info Este documento foi assinado digitalmente por FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE.





**ESTADO DO PARANÁ** 

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO N.º 157/2019

PARECER JURÍDICO N.º 266/2019/PGM-FLSA

REQUERENTE

: SECRETARIA DE SAÚDE

INTERESSADOS

: PREFEITO MUNICIPAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SECRETARIA DE FINANÇAS

**CONTROLE INTERNO** 

ASSUNTO

: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISI-ÇÃO DE MEDICAMENTOS. DISPENSA. JUSTIFICATIVA TÉCNICA. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS. POSSIBILIDADE, <u>COM RECO-</u> MENDAÇÕES.

#### 1 Do RELATÓRIO

Trata-se do Processo Licitatório n.º 157/2019, pelo qual a Secretaria de Saúde pretende a contratação de empresa para aquisição de medicamentos, ao preço de R\$ 2.712,18 (dois mil e setecentos e doze reais e dezoito centavos).

Os autos, contendo 64 (sessenta e quatro) páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos:

- a) Decreto Municipal n.º 001/2019 (fls. 03);
- b) Solicitação e Termo de Referência (fls. 04/11);
- c) Parecer da Secretaria Municipal de Finanças de que existe dotação orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes deste objeto pela Fonte 303 (fls. 12);
- d) Autorização do Prefeito Municipal para a abertura do procedimento licitatório (fls.
   13);
  - e) Receituários Médicos (fls. 14/18);
- f) Orçamentos: Jerônimo da Rocha Leão ME. (R\$ 2.712,18), Marli Terezinha Pan (R\$ 3.663,66) e AMF Comércio de Medicamentos Eireli EPP (R\$ 3.273,54) (fls. 19/21);
  - g) Parecer da Comissão de Licitações (fls. 22);
- h) Jerônimo da Rocha Leão ME: Requerimento de Empresário, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos do Município de Chopinzinho/PR, Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, Consulta ao Cadastro de Impedidos de Licitar TCE/PR, Certidão Negativa de

Página 1 de 11







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gpy.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

67

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, Declaração de não parentesco e de que não está incursa nas vedações do inciso III do art. 9º da Lei Federal 8.666/93 e Carta de Credenciamento (fls. 23/36).

- i) Autorização do Prefeito Municipal para firmar contrato de compra, via processo de dispensa de licitação, além de preparação da minuta (fls. 38);
- j) Minutas da dispensa, do contrato e do extrato para publicação, elaborados pela Divisão de Licitações e Contratos (fls. 39/54);
  - k) Despacho n.º 306/2019/PGM (fls. 56/57);
  - I) Memorando n.º 1.083/2019, oriundo da Secretaria de Saúde (fls. 59);
  - m) Manifestação do médico prescritor, Dr. Tiago Chaves Wainberg (fls. 60);
  - n) Manifestação da gestora do SUS (fls. 61/63).
- Os autos foram remetidos para a Procuradoria Municipal e encaminhados a este Procurador em 09/07/2019 (fls. 60 verso).

É o relatório.

#### 2 DA FUNDAMENTAÇÃO

#### 2.1 Do Campo de Análise do Parecer Jurídico

Nos termos do art. 38, inc. VI da Lei n.º 8.666/1993, o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "(...) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "(...) as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos órgãos responsáveis e autoridades competentes.

#### 2.2 DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI,¹ da CRFB/88) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

<sup>1 &</sup>quot;Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"









ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel **CHOPINZINHO** PARANÁ



O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "os casos especificados na legislação", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

Essas exceções estão previstas nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

De todo modo, partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em hipóteses de inexigibilidade e de dispen-

De forma muito didática, Fernanda Marinela assim as distingue:

"Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação 'exigível' que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação."2

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

#### 2.3 DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

A Secretaria de Saúde pretende a contratação de empresa para aquisição de medicamentos, ao preço de R\$ 2.712,18 (dois mil e setecentos e doze reais e dezoito centavos).

#### 2.3.1 DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a contratação através do processo de dispensa (fls. 13 e 38).

#### 2.3.2 DA JUSTIFICATIVA

Extrai-se da Justificativa apresentada pela Secretaria de Saúde:

"Considerando que os medicamentos prescritos para as duas gestantes de alto risco, não contam no elenco da RENAME - Relação Nacional de Medicamentos Essen-

Página 3 de 11



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013, p. 465.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.govl:tfr Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



ciais, sendo esta lista o elemento norteador da composição da REMUNE - Relação Municipal de Medicamentos.

Considerando que os medicamentos prescritos a essas duas gestantes de alto risco não fazem parte da REMUNE.

Considerando que nos deparamos com um caso inédito de gestação de quíntuplos em nosso município, onde há a necessidade de medicamentos mais específicos para tratar e amenizar possíveis complicações (prematuridade, desgaste nutricional, ameaça de aborto precoce).

Considerando que gravidez de alto risco requer cuidados farmacológicos diferenciados e que são medicamentos que devem ser administrados até o final da gestação.

Considerando evitar possíveis casos de mortalidade materno infantil, pactuados junto a Sétima Regional de Saúde de Pato Branco.

Considerando o receituário médico em anexo dos pacientes Anieli Camargo Kurpel e Patrícia Eduarda Sabenello." (fls. 05/06)

Registre-se que através do Despacho n.º 306/2019/PGM esta Procuradoria solicitou à Secretaria de Saúde que: a) informasse se há medicamentos similares aos prescritos nos atestados médicos de fls. 14/18 e que podem ser fornecidos pelo SUS; b) providenciasse a manifestação do médico prescritor (Tiago C. Wainberg), para que prestasse esclarecimento sobre a pertinência e a necessidade da prescrição, eis que se trata de medicamentos que não constam no RENAME e REMUNE; e, c) providenciasse a manifestação do Gestor do SUS, para que identificasse alternativas terapêuticas e competências do Ente Federado (fls. 56/57).

Em resposta, a Secretária de Saúde e Gestora do SUS, Sra. Vilmarize Fraron, informou:

"Em atenção ao Despacho nº 306/2019/PGM-FLSA, a Secretaria Municipal de Saúde apresenta as informações pertinentes:

- 1. a) <u>Não há medicamentos similares disponíveis no elenco do Sistema Único de Saúde SUS aos prescritos;</u>
- b) Segue em anexo manifestação do Médico Prescritor Tiago Chaves Wainberg.
- 3. c) Segue em anexo manifestação do Médico Prescritor Tiago Chaves Wainberg.
- 4. d) Os medicamentos adquiridos do componente básico (competência municipal) são através de dois consórcios: Consórcio Intermunicipal de Saúde – Conims, e o Consórcio Paraná Saúde. Em ambos os consórcios, não há disponibilidade dos medicamentos solicitados, ressaltando que o município não realiza licitação própria para aquisição de medicamentos.

Além do mais, considerando o que se pede sobre o enunciado n° 13 da III Jornada de Direito da Saúde do CNJ, o que pode ser realizado pela Secretaria de Saúde para prevenir futuras situações semelhantes, é solicitar ao Consórcio Intermunicipal de Municípios — Conims, a inclusão desses itens para a próxima licitação, que está prevista para o início do ano de 2020. Entretanto, isso não garante a disponibilidade do medicamento, tendo em vista fatores que podem influenciar a aquisição do mesmo, tais como inadimplência dos fornecedores, entre outros.

Além disso, enfatizamos que se tratam de casos esporádicos e excepcionais, solicitando assim a dispensa de licitação para aquisição desses insumos." (fls. 59).











# Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

"A Secretaria de Saúde de Chopinzinho vem por meio deste informar <u>que os medicamentos adquiridos do componente básico (competência municipal</u>) são através de dois consórcios: Consórcio Intermunicipal de Saúde (Conims) e o Consórcio Paraná Saúde, em ambos os medicamentos solicitados não estão disponíveis e vale ressaltar que o Município não realiza licitação própria para aquisição de medicamentos (...).

Além disso, é importante enfatizar que se tratam de casos esporádicos e excepcionais, por isso, solicita-se a dispensa de licitação para aquisição desses insumos, cabendo informar ainda que os medicamentos solicitados em consulta junto à Anvisa possuem registro a seguir relacionados, bem como segue em anexo documento comprobatório:

- Utrogestan (progesterona), registro Anvisa: 18750001
- Damater (polivitamínico com minerais), registro Anvisa: 186100009
- Dexfer (ferripolimaltose), registro Anvisa: 100431206 (...)". (fls. 60). (g.n).

No mais, consta nos autos a manifestação do médico prescritor dos medicamentos nos seguintes termos:

"Resposta ao processo nº 157 /2019

Despacho nº 306/2019/PGM-FLSA

Venho eu Tiago Chaves Wainberg, médico ginecologista obstetra acompanhando a paciente Anieli Kurpel por meio de consultas obstétricas pelo conims, responder por meio desta as manifestações a mim solicitados pelo procurador geral Fábio Luiz Santin de Albuquerque.

Dos itens solicitados:

- b) Foram prescritos principalmente progesterona micronizada 200 mg e (noripurum) sacarato de hidróxido de ferro III venoso junto ao Neutrofer 500 mg (glicinato férrico), uma vez que há necessidade de manter a tocólise uterina (ou seja evitar contrações uterinas que possam acarretar em parto prematuro ou aborto dos fetos) e tratando o quadro instalado de anemia moderada na gravidez.
- c) diante do quadro de anemia na gravidez CID O 99.0 e ameaça de perda dos fetos CID O 20.0 decorrente da gravidez múltipla (quíntuplos) houve necessidade de manter a progesterona micronizada <u>e que não existe outro medicamento no Brasil com comprovado efeito de tocólise mais indicado o adequado que este.</u>

Inicialmente também foi receitado sulfato ferroso 40 mg para a paciente diante da anemia instalada durante a gravidez em curso, o tratamento não surtiu efeito apresentando ainda anemia materna e outros sintomas decorrentes da anemia, então foi iniciado o noripurum (hidróxido de ferro III) venoso junto ao glicinato férrico que continha maior quantidade de ferro e de melhor absorção, que gerou uma melhora nos escores de hemoglobina materna (melhorando da anemia).

A progesterona micronizada de 200 mg está indicada de forma a ser usada dois comprimidos via vaginal noturno por tempo continuo para evitar trabalho de parto indesejado.

O sacarato de hidróxido de ferro III 100 mg/5 ml utilizado uma vez por dias , por um tempo de 5 dias para melhorar o quadro de anemia instalado.

Ambas as medicações fazem parte da rotina obstétrica em todas as maternidades do Brasil. Desde já agradeço aos questionamentos e me coloco à disposição que para contribuir com que for necessário e justo perante a lei ". (fls. 60). (g.n).

m.br/verificacao/ e informe o código C2C0-CDF8-C3A4-9019 PUQUERQUE documento foi assinado digitalmente por FABIO LUIZ SANTIN DE Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1d Este









ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.goðv.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

no

Por derradeiro, registre-se que a manifestação da gestora do SUS e do médico prescritor atendem às exigências dos Enunciados n.º 12, 13 e 58 da I, II e III Jornadas de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça — CNJ, conforme segue:

"ENUNCIADO № 12. A inefetividade do tratamento oferecido pelo Sistema Único de Saúde — SUS, no caso concreto, deve ser demonstrada por relatório médico que a indique e descreva as normas éticas, sanitárias, farmacológicas (princípio ativo segundo a Denominação Comum Brasileira) e que estabeleça o diagnóstico da doença (Classificação Internacional de Doenças), indicando o tratamento eficaz, periodicidade, medicamentos, doses e fazendo referência ainda sobre a situação do registro ou uso autorizado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária — Anvisa, fundamentando a necessidade do tratamento com base em medicina de evidências (STJ — Recurso Especial Resp. nº 1.657.156, Relatoria do Ministro Benedito Gonçalves - 1ª Seção Cível - julgamento repetitivo dia 25.04.2018 - Tema 106). (Redação dada pela III Jornada de Direito da Saúde — 18.03.2019).

**ENUNCIADO Nº 13.** Nas ações de saúde que pleiteiam o fornecimento de medicamentos, produtos ou tratamentos, recomenda-se, sempre que possível, a prévia oitiva do gestor do Sistema Único de Saúde – SUS, com vistas a, inclusive, identificar solicitação prévia do requerente, alternativas terapêuticas e competência do ente federado, quando aplicável (Saúde Pública e Suplementar). (Redação dada pela III Jornada de Direito da Saúde - 18.03.2019).

ENUNCIADO № 58. Quando houver prescrição de medicamento, produto, órteses, próteses ou procedimentos que não constem em lista Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — RENAME ou na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde - RENASES ou nos protocolos do Sistema Único de Saúde — SUS, recomenda-se a notificação judicial do médico prescritor, para que preste esclarecimentos sobre a pertinência e necessidade da prescrição, bem como para firmar declaração de eventual conflito de interesse.

Portanto, sob o ponto de vista técnico-jurídico, as justificativas apresentadas pela Secretaria contempla motivos legítimos e benefícios resultantes da contratação.

#### 2.3.3 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações mínimas do objeto contidas no Termo de Referência de fls. 03/11 são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento.

#### 2.3.4 DA MODALIDADE

Agiu com acerto a Presidente da Comissão Permanente de Licitações ao emitir parecer favorável à contratação direta, via dispensa (fls. 22).

Página 6 de 11



Este documento foi assinado digitalmente por FABIO LUIZ SANTIIN DE APUQUERQUE.



### Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

We.

A contratação de empresa para fornecimento de medicamentos não envolve a aquisição de materiais, produtos ou gêneros disponibilizados por fornecedor exclusivo (inc. I); também não se trata de serviço técnico, de natureza singular, dentre aqueles descritos no art. 13, da Lei n.º 8.666/93 (inc. II); e, também, não envolve a contratação de profissional do setor artístico (inc. III). Logo, não se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25³ c/c o art. 13,⁴ da Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Tanto é assim que a possibilidade de disputa está comprovada pelos orçamentos anexados aos autos da: a) Jerônimo da Rocha Leão- ME: R\$ 2.712,18; b) Marli Terezinha Pan: R\$ 3.663,66; e, c) AMF Comércio de Medicamentos Eireli EPP: R\$ 3.273, 54 (fls. 19/21).

Porém, como o menor orçamento é de R\$ 2.712,18 (dois mil e setecentos e doze reais e dezoito centavos), não ultrapassa o limite de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), a contratação direta, via dispensa, é possível, com base no art. 24, inc. II<sup>5</sup> c/c o art. 23, inc. II, letra "a",<sup>6</sup> ambos da Lei 8.666/93, com a redação atribuída pelo art. 1º do Decreto Federal n.º 9.412, de 18 de junho de 2018<sup>7</sup>.

Entende-se que, nesse caso, o custo econômico da licitação seria superior ao benefício dela extraível.

Como escreve Marçal Justen Filho:

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades e mais rápido o pro-

Página 7 de 11



<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> "Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; II - pareceres, perícias e avaliações em geral; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico. VIII - (Vetado)."

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> "Art. 24. É dispensável a licitação: (...) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> "Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação: (...) II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);"

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> "Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos: (...) II - para compras e serviços não incluídos no inciso I: a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);"



# no



# Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANA

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br.\*
Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
CHOPINZINHO PARANÁ

cedimento licitatório quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."8

Todavia, como o administrador público não está livre para contratar, ainda mais nas hipóteses de contratação direta, via dispensa, é necessário que certos requisitos sejam comprovados nos autos do processo de contratação direta.

Pela redação do art. 25, I c/c o art. 26, ambos da Lei 8.666/93, para que a contração seja legal é necessário: a) que o contrato deve ser firmado com a própria empresa que prestará o serviço; b) justificativa da escolha; c) justificativa do preço; e, d) publicidade da contratação.

Passa-se ao exame desses requisitos.

### 2.3.4.1 DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 26, DA LEI N.º 8.666/93

### 2.3.4.1.1 DO CONTRATO A SER FIRMADO COM A PRÓPRIA EMPRESA QUE PRESTARÁ O SERVIÇO

De acordo com os documentos que constam dos autos, a Secretaria de Saúde pretende contratar Jerônimo da Rocha Leão - ME, CNPJ 11.747.657/0001-33, para a aquisição de medicamentos.

### 2.3.4.1.2 DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A grande preocupação na interpretação das hipóteses de dispensa e inexigibilidade é a abrangência das expressões contidas no permissivo legal. Em verdade, trata-se de termos jurídicos indeterminados, que concedem, em tese, certa margem de discricionariedade ao administrador.

A proporcionalidade é princípio de envergadura constitucional que decorre do devido processo legal em sua acepção substantiva. Tem por finalidade limitar a atuação do Poder Público a parâmetros constitucionalmente aceitáveis.

A proporcionalidade deve ser analisada levando-se em conta o trinômio necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito, que são conceitos parcelares que permitem a verificação da lisura e aceitabilidade de uma conduta estatal.

Pergunta-se, então:

- a) há necessidade da contratação para que cumpra com o seu objeto? A contratação é necessária para o fornecimento de medicamentos às gestantes de alto risco atendidas pela rede pública de saúde;
- b) há adequação entre a medida tomada e fim almejado? Há um perfeito acoplamento entre a ação e o resultado? A aquisição mostra-se a escolha correta já que

Página 8 de 11





<sup>8</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17 ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 470.







# Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000 **CHOPINZINHO** PARANÁ

incumbe ao Município assegurar a universalidade do atendimento dos serviços públicos essenciais, como é o caso dos serviços de saúde;

c) a proporcionalidade em sentido estrito no que tange ao equilibrado custo benefício. As melhorias trazidas pela medida são superiores aos seus malefícios? Atendido na medida em que no orçamento repassado pela empresa Jerônimo da Rocha Leão - ME referese à aquisição de medicamentos e, se comparado com os demais orçamentos, é o de menor valor.

### 2.3.4.1.3 DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A Secretaria juntou orçamentos da: a) Jerônimo da Rocha Leão- ME: R\$ 2.712,18; b) Marli Terezinha Pan: R\$ 3.663,66; e, c) AMF Comércio de Medicamentos Eireli EPP: R\$ 3.273, 54 (fls. 19/21).

Além disso, os orçamentos encontram-se datados e com a completa identificação das empresas que os forneceram.

Por fim, consta no Termo de Referência a informação de que a servidora, Consuelo Riesemberg e a Secretária, Vilmarize Fraron, foram as responsáveis pela pesquisa de preços (fls. 11).

Todavia, recomenda-se que a Secretaria inclua a data de emissão nos orçamentos de fls. 19/20.

### 2.3.5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças emitiu parecer que há disponibilidade orçamentária para a contratação pretendida (F: 303) (fls. 12).

### 2.3.6 DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E EQUIPE DE APOIO

De acordo com o Decreto Municipal 001/2019, a Comissão Permanente de Licitações está formalmente constituída (fls. 03).

#### 2.3.7 DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAR A JERÔNIMO DA ROCHA LEÃO - ME

Dos autos constam os seguintes documentos da Contratada:

- a) habilitação jurídica: Requerimento de Empresário, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral e Carta de Credenciamento (fls. 23/25 e 36);
- b) regularidade fiscal e trabalhista: Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa

Página 9 de 11









ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro Sao Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

75

de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos do Estado do Paraná e Certidão Negativa de Débitos do Município de Chopinzinho/PR (fls. 26/30);

c) ausência de impedimentos para contratar com o Poder Público: Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Consulta ao Cadastro de Impedidos de Licitar – TCE/PR, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, Declaração de não parentesco e de que não está incursa nas vedações do inciso III do art. 9º da Lei Federal 8.666/93 e Carta de Credenciamento (fls. 31/35).

### 2.3.8 DAS MINUTAS DO EDITAL, ANEXOS E EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

As minutas do edital, anexos e do extrato para publicação (fls. 39/54), atendem às exigências previstas no art. 24, II c/c os artigos 26, 40 e 55 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Trazem seus elementos essenciais: sujeitos, objeto, condições de pagamento, dotação orçamentária, condições de revisão ou alteração do contrato, penalidades, rescisão e prazo de vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura; e a cláusula oitava da minuta do contrato (fls. 50/51) prescreve que a gestão da avença ficará a cargo da Secretária de Saúde, Sra. Vilmarize Fraron, e a fiscalização a cargo das servidoras, Consuelo Riesemberg (titular) e Danielli de Lara (substituta).

#### 2.3.9 DAS PUBLICAÇÕES

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, através das publicações de praxe.

#### 3 DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral do Município não vê óbice no prosseguimento do Processo Licitatório n.º 157/2019, instaurado pela Secretaria de Saúde, com o objetivo de contratar, por dispensa, Jerônimo da Rocha Leão - ME, com base no art. 24, II, da Lei 8.666/93, para a aquisição de medicamentos, ao preço de R\$ 2.712,18 (dois mil e setecentos e doze reais e dezoito centavos), desde que atendidas as seguintes recomendações:

#### Secretaria de Saúde:

Recomendação 1: incluir a data de emissão nos orçamentos de fls. 19/20.

ICP Brasil



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

76



### Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 1: providenciar as publicações de praxe.

A Divisão de Licitações e Contratos deverá fiscalizar e cumprir as recomendações acima, sendo desnecessário o retorno dos autos a esta Procuradoria, salvo requerimento fundamentado da Divisão contendo a questão jurídica a ser sanada.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Submete-se à honrosa apreciação de Senhoria.

Chopinzinho (PR), em 11 de julho de 2019.

FÁBIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE PROCURADOR GERAL DECRETO 014/2018 – OAB/PR 26.368

m.br/verificacao/ e informe o código C2C0-CDF8-C3A4-9019 Este documento foi assinado digitalmente por FABIO LUIZ SANTIN DE A UQUERQUE. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1d



# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C2C0-CDF8-C3A4-9019

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE (CPF 913.910.409-53) em 11/07/2019 11:56:33
(GMT-03:00)

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação em https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código acima ou por meio do link abaixo:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/C2C0-CDF8-C3A4-9019









# Memorando 6: 1.020/2019

Chopinzinho/PR, 11 de Julho de 2019 às 11:56

De:

Via 1/2

Para:

PGM-LIC - Licitação

SMS - Secretaria de Saúde

Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador

A/C Vilmarize Buffon Fraron - Secretaria

Geral

Esta documentação faz parte do Despacho 6: 1.020/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital ICP-Brasil



# Memorando 6: 1.020/2019



Via 2/2

Chopinzinho/PR, 11 de Julho de 2019 às 11:56

De:

Para:

PGM-LIC - Licitação

SMS - Secretaria de Saúde

Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador

A/C Vilmarize Buffon Fraron - Secretaria

Geral

Esta documentação faz parte do Despacho 6: 1.020/2019

O documento eletrônico contém assinatura digital ICP-Brasil

TERMO DE ENTREGA		Matrícula:	
Recebido em://	às	Assinatura:	

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel 3811, Bairro São Miguel, CEP 85560-000 • 1Doc • www.1doc.com.br Impresso em 11/07/2019 11:56:55 por Fábio Luiz Santin de Albuquerque - Procurador Geral (matrícula 21204) "Quer você acredite que consiga fazer uma coisa ou não, você está certo." - Henry Ford

AMF COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP

CNPJ: 17.615.512/0001-65

AV. XV DE NOVEMBRO, 4257, CENTRO, CHOPINZINHO, PR.

FONE: 46-32423905

RESPONSÁVEL LEGAL: AGNALDO FERNANDES

# **ORÇAMENTO**

- Damater com 30 cápsulas ...... 43,67 x 12 und = 524,04 reais
- Dexfer 400mg com 30 comp ... 42,00 x12 und = 504,00 reais
- Utrogestan 200mg com 42cps 137,00 x 9 und = 1.233,00 reais.

Valor total: 2.261,04 reais

Chopinzinho, 29 de maio de 2019





.⊘ 9.T

٨.

JERÔNIMO DA ROCHA LEAO.

CNPJ 11.747.657/0001-33

AVENIDA XV DE NOVEMBRO - 4080, CENTRO

CHOPINZINHO-PR

CEP 85560-000

TELEFONE (46) 3242-1535

### **ORCAMENTO**

DAMATER C/360CAPS	R\$ 247,29.
DEXFER C/360 CPR	R\$ 222,39.
UTROGESTAN C 350 CPR	
UTROGESTAN C/364 CPR	R\$1166,10.

CHOPINZINHO, 29 DE MAIO DE 2019.

JERÔN MO DA ROCHA LEÃO

### RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na **Divisão de Licitações e Contratos**.

Chopinzinho/PR, 16 de julho de 2019.

Micheli Leticia Dietrich Auxiliar Administrativo Divisão de Licitações e Contratos



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

# DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2019

Processo nº 157/2019

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 001/2019, resolve realizar licitação na modalidade Dispensa Licitação, do tipo MENOR PREÇO.

A presente Dispensa de Licitação por Limite está baseada no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

### I - DO OBJETO

- 1.1 A Secretaria de Saúde, em sua Solicitação protocolada sob Memorando nº 1020/2019 requer a contratação de empresa para aquisição de medicamentos conforme descrito no Anexo I Descrição do Objeto, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto, o Objeto desta Dispensa de Licitação.
- 1.1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.1.3 Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes serão firmadas através de termo de aditamento.

### II - DO JULGAMENTO

2.1 – Juntadas no mínimo três propostas de fornecedores distintos a Comissão de Licitação julgará como melhor oferta àquela que apresentar menor preço e estiver em acordo com o Objeto citado no Item I e descrito no Anexo I deste Edital.

#### **III - DETENTOR DA MELHOR OFERTA**

Fornecedor: JERONIMO DA	A ROCHA LEAO	
Endereço: Avenida XV de N	lovembro nº 4088, Bairro: Ce	entro
Cidade: Chopinzinho	CEP: 85.560-000	U.F.: PR
CNPJ: 11.747.657/0001-33		
Representante Legal: Jeror	imo da Rocha Leao	
CPF: 054.627.639-30	RG: 9.0	045.478-1 SSP/PR

# IV - DA HABILITAÇÃO

4.1.1 – Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 4.1.2 Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:
- 4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- 4.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 4.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- 4.1.3 Caso a Licitante apresente Registro Cadastral este substituirá a documentação do item.
- 4.1.4 Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.1.5 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- 4.1.6 Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.
- 4.1.7 Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Conselho Nacional de Justiça CNJ.

#### V - DA RAZÃO DA ESCOLHA

- 5.1 Optou-se pela contratação por Dispensa de Licitação devido a necessidade a apresentada pela Secretaria de Saúde, tendo em vista, que o Município de Chopinzinho tem a intenção de contratar empresa para aquisição de medicamentos, conforme justificativa e termo de referência em anexo.
- 5.2 Com base no disposto no Art. 24 da Lei 8666/93 é facultado a Administração Pública optar pela contratação por Dispensa de Licitação.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 5.2.1 "Inciso II" para outros servicos e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de major vulto que possa ser realizada de uma só vez. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/05/98).
- 5.2.2 O Decreto Nº 9.412, de 18 de Junho de 2018, atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o Art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desta forma o limite da Dispensa de Licitação é de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
- 5.2.3 A Aquisição deste processo tem valor de R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos), portanto dentro do limite estabelecido anteriormente.

# VI – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 A CONTRATADA se compromete a entregar os produto conforme descrito no Anexo I Descrição do Objeto, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.
- 6.2 Deverá ser entregue o quantitativo total dos insumos farmacêuticos com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Requisição - Pedido de Empenho.
- 6.3 Os medicamentos serão entregues na Farmácia da Unidade Central, Rua Coronel Santiago Dantas, 4864, Centro, Chopinzinho/PR, o recebimento será feito pela(s) farmacêutica(s), isento de frete e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.
- 6.4 Os medicamentos recebidos serão analisados pelas farmacêuticas da Secretaria Municipal de Saúde, se estão em conformidade com o solicitado.
- 6.5 A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento e execução dos serviços, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.
- 6.6 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 6.7 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- 6.8 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

- 6.9 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 6.10 É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.
- 6.11 A vigência do termo contratual será de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato.

#### VII - DO PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do produto e desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração e acompanhado da respectiva nota fiscal que deverá ser processada pelo sistema eletrônico.
- 7.2 Fica estipulado o valor de R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
- 7.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria de Saúde, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 7.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 7.5 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 7.6 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- 7.7 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

### VIII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1 Compete à Contratante:
- 8.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

- 8.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## IX - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Compete à Contratada:
- 9.1.1 Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.1.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 9.1.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.1.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 9.1.1.8 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

### X - GESTOR, FISCAL E FISCAL SUBSTITUTO

- 10.1 Fica como responsável pela gestão do contrato a Secretária de Saúde Vilmarize Buffon Fraron.
- 10.2 A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Consuelo Ceni Riesemberg (titular) e Danielli de Lara (substituto).



CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

## XI – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Os contratantes decidem aplicar aos Contratos decorrentes da presente Licitação o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

### III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero vírgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato:
- b) multa-dia moratória devido à suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato. quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

11.2 - Na aplicação das penalidades, observam-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

#### XII - DO PROSSEGUIMENTO

12.1 – A Comissão Permanente de Licitações encaminha à Procuradoria Geral do Município e requer que seja, conhecida a necessidade da aquisição, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho - PR, 16 de julho de 2019.

Ivaro Dênis Ceni Scolaro

Prefeito

Josiane Moschen

Presidente



# Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76.995.414/0001-60

Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO **PARANÁ** 

### Anexo - I - Descrição do Objeto

ÍTEM	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR R\$
01	360	Cápsulas	Damater® – Polivitamínico e Poliminerais	0,68691	247,29
02	360	Comprimidos	Dexfer® 400mg – Ferripolimaltose	0,61775	222,39
03	700	Comprimidos	Utrogestan® 200mg – Progesterona Micronizada	3,20357	2.242,50
				VALOR TOTAL R\$	2.712,18



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

# RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

# REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2019

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do **Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 34/2019**, eu, **ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO**, Prefeito, torno pública a **RATIFICAÇÃO** do procedimento em epígrafe e a **ADJUDICAÇÃO** do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
JERONIMO DA ROCHA LEAO	11.747.657/0001-33	R\$ 2.712,18

Conforme proposta.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, 16 de julho 2019.

Afvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº 277/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Jeronimo da Rocha Leao, CNPJ: 11.747.657/0001-33. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos. Valor R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos). Origem: Dispensa de Licitação nº 34/2019. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93. Elementos de despesa: (1837) Fonte: 303. Data da assinatura 16/07/2019. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Jeronimo da Rocha Leao, pela Empresa.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

### **CONTRATO Nº 277/2019**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA JERONIMO DA ROCHA LEAO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecida na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, nesta cidade, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 - SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: JERONIMO DA ROCHA LEAO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida XV de Novembro nº 4088, Bairro: Centro, CEP: 85.560-000 no município de Chopinzinho. estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 11.747.657/0001-33, telefone (46) 3242-1535, neste ato representado Legalmente pelo Senhor Jeronimo da Rocha Leao, portador do CPF 054.627.639-30 e RG 9.045.478-1 SSP/PR, ora denominado CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com o Processo Licitatório nº 157/2019, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 34/2019, as partes acima mencionadas tem contratado o seguinte:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

ÍTEM	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR R\$
01	360	Cápsulas	Damater® – Polivitamínico e Poliminerais	0,68691	247,29
02	360	Comprimidos	Dexfer® 400mg – Ferripolimaltose	0,61775	222,39
03	700	Comprimidos	Utrogestan® 200mg – Progesterona Micronizada	3,20357	2.242,50
				<b>VALOR TOTAL R\$</b>	2.712,18

# CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Fica estipulado o valor de R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria de Saúde, serão encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Artigo 65 da Lei nº, 8.666/93 e alterações posteriores.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: SECRETARIA DE SAÚDE: 07.02.103010016.2.038.3.3.90.30 (1837) FONTE: 303

### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA se compromete a entregar os produtos conforme descrito no Anexo I -Descrição do Objeto, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.

Deverá ser entregue o quantitativo total dos insumos farmacêuticos com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Requisição - Pedido de Empenho.

Os medicamentos serão entregues na Farmácia da Unidade Central, Rua Coronel Santiago Dantas, 4864, Centro, Chopinzinho/PR, o recebimento será feito pela(s) farmacêutica(s), isento de frete e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.

Os medicamentos recebidos serão analisados pelas farmacêuticas da Secretaria Municipal de Saúde, se estão em conformidade com o solicitado.

A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento e execução dos serviços, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos. encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rt 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

pelos produtos entregues, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.

Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

A vigência do termo contratual será de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato.

## CLÁUSULA QUINTA - DA QUALIDADE

A CONTRATADA fica obrigada a entregar os produtos conforme solicitação, de acordo com proposta apresentada e Cláusula Primeira do contrato, não sendo permitida sua substituição e este deverá ser entregue com qualidade.

# CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

Deverá ser entregue o quantitativo total dos insumos farmacêuticos com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Reguisição - Pedido de Empenho.

A vigência do termo contratual será de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato.

# CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

Da Contratada:

O Produto deverá ser de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante com relação a isso.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 157/2019 — Dispensa de Licitação nº 34/2019, os documentos do Processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

§ 1º - A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Secretaria de Saúde, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

§ 2º - A CONTRATADA, exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data final da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, §1°, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### Da Contratante:

Efetuar o pagamento ajustado.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.

Parágrafo Único – A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### Compete à Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo:

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

# CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização da entrega dos produtos, podendo suspender sua entrega desde que não atendam as expectativas da Secretaria de Saúde.

13

A Source Sauce.

N

4



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Fica como responsável pela gestão do contrato a Secretária de Saúde Vilmarize Buffon Fraron.

A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Consuelo Ceni Riesemberg (titular) e Danielli de Lara (substituto).

# CLÁUSULA NONA - DA TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

# CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

Os contratantes decidem aplicar aos contratos decorrentes desta Licitação, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do contrato - será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público.

B







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

VI - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer razão do subitem anterior, implicará a apuração de perdas e danos e a aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - Os contratantes resolvem aplicar ao contrato gerado por esta licitação, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos de 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela teria direito.

Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos a luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Chopinzinho, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente por si e seus sucessores em quatro vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.







# Município de Chopinzinho ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Chopinzinho - PR, 16 de julho de 2019.

Município de Chopinzinho Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito Contratante

Jeronimo da Rocha Leao Jeronimo da Rocha Leao - Representante Legal Contratada

Vilmarize Buffon Fraron Gestora do Contrato

Consuelo Ceni Riesemberg Fiscal do Contrato

Danielli de Lara Fiscal Substituta do Contrato

Testemunhas:

NOME:

NOME:

# **PUBLICAÇÕES LEGAIS**



			Características sensoriais (organolépticas): aspecto de grãos; cor, odor a sabor proprios. Embiliagem deve ser limpa, resistante e estár infracta, em bom estado de correarvajato e estár infracta, em bom estado de correarvajato e nigues. Prezio de validade de produto. Embiliagem de 500 gr. OBS: O produto de mances BONIETA: O GERBA ja foram restados e aprovados pela comissão de análise sensoriai do município. Caso o mesmo seja apresentado na proposta, não haverá právia necessidade de apresentação de Amplies sensoriai do município. Caso o reservo seja apresentado na proposta, não haverá právia necessidade de apresentação de Amplies sensoriai do monitário, por acumostra, salvo sob solicitação de Reaponadvel Técnico. Do contrário, se faz encessária a amostra no dia da Licitação para realização de feste sensoriai.		
80	1.050	UN	MARGARINA CREMOSA VEGETAL COM SAL: Embelagem pote com intrino 1Ms, produto em condições adequades de consumo, embelagem contendo informações do produto, data de fabricação e prazo de validade.	BUNGE/ CREMO SY	3,67
84	260	UN	MANJERICAO DESIDRATADO- Embalagem com miráno 10g, produto em condições adequadas de consumo, embalagem contendo informações do produto, data de fabricação e prazo de validade.	INCAS	0,98
86	2.000	KG	MELAO de primeira, in natura, as trutas devem ser impas, filme, com pojas terra, de cor, aroma e sabor caractéristico, sem podridião. E apmeentar-as sem deformação a pusentes de danos mecânicos e dosenças. Apresentando grau de malturação tal que he permita suporter a manipulação, o transporte a a conservação em condições adoquadas para e consumo. Com ausência de suididades, paresdos e fairas, de acorde da suididades, paresdos e fairas, de acorde da suididades, paresdos e fairas, de acorde.	CANTU	5,53
90	1.050	UN	com a Resolução vigente da ANVISAVPR.  MILHO VERDE EM CONSERVA alimpies grálos intairos, tamanho e coloração uniforma. Produto preparado com grátos de milho previamente debulhados, envasados e cordidos ou pré-condos, inerciso em liquido de cobertum aprepirada, submedidos a depois de hemeriociamente fechados nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração. Embalegem com 200 gr. OBS-0 produto das marcas QUERO / FUCINE já foram testados e aprovados pela comissõis de análtes sensorial do municípic. Caso o mesmo siga aprosentado na proposita, não de amostra, salve sob solicitação do Responsável Tecnico. Do contrário, se faz necessária a amostra no die de Licitação para realização de leste serporial,	QUERO	1,3)
92	110	UN	para realização de teste sensorial, NOZ MOSCADA amêndos seca, isenta de sujidades, mofos, insetos e outras	INCAS	0,85
95	1,100	ĎΖ	supidiscies, motios, riseator e outres ubstancies estrambas ao produto. Embalegarde de 1988 O producto das considerados de 1988 O producto das estados de 1988 O producto das estados de 1988 O producto de 1989 O producto de	GANTU	3.96
			OVIGS VERMELHOS frescos, grandes, integros, sem manchas, sujúdades e racheduras, cor, odor ou sabor normal, com 12 unidades, com ou dados de lesentificação do produto, marca do labricante, prazo de velidade, de acordo com Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISAPFA co Ministério da Agricultura. CBS: O produto das marcas CANTU / pela comissão de análise semorial do município. Caso o mesmo seja apresentado de proposta, não hoveré prévis nocessidade de apresentação de emostra, salvo sob solicitação no Responsávei Técnico. Do contratio, de faz reconstanção de anadar, as a consideração de responsávei Técnico. Do contratio, de faz reconstanção de mandar no sensorial dação pera volatingado de testa de constanção de responsávei Técnico. Do contratio de faz reconstanção de mandar no sensorial dação pera volatingado de testa desponsávei de constanção de testa description.		
10	310	UN	PASSEGO EM CALDA- Embelagem minima de 400g, produto em condições adequadas de consumo, embalagem contendo informações do produto, data de	CANTAR ELU	7,27
10 4	100	UN	I fabricação e prazo de validade.  PO P FUDIA abores variados enriquecido com vitarrinas e minerais, contendo açucar, leite em pó, mindo de milho, cacau alcaino em pó, oleo vegetal refinado, vitarrinas A. C. D. e ferro. Embalagem minima de 35gr. OBS: O produto da marca APTI já foi testado e aprovado pola comisatio de malária sensorial do marriopio. Caso o marca por esta de comisación de malária estracida do marriopio. Caso o marca por esta de comisación de malária estracida do marriopio. Caso o marca por esta de porteninação de mostra, salvo sob solicitação de Responsável Prionico, Do contrário, se faz necesadaria a amostra no dia da Licitação para resalização de testes sensorial.	APTI	0,96
11 0	1.550	KĞ	REPOLHO verde in natura apresentando grau de maturação tal que he permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequades para o consumo. Com ausência de sujidades, perastipo a larvas de apordo com as	CANTU	4,06
11 7	3.600	KG	normas e /ou Rasolução da ANVISA/PR. PEPINO IN NATURA De primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, or transporte a conservação em condições adequadas para o conservo. Com ausência de quilidade, amenativas conservo. Com ausência de quilidade, a premativas resultante.	CANTU	4,80
12	30,00	UN	de sujidades, perasitos e larvas.  FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, com, fóras, vitaminas 81 e 88, proteínas e minerais, como magnésio, selénio e zinco embalacem com mínimo 1 ko.	BOLSON	3,50
12 8	20,00	KG	embaiagem com mínimo 1 kg GOABA, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a maripulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e tatvas.	CANTU	7,90
13	20,00	KG	LIMÃO tipo TAITI, in natura, apresentando grau de maturação tál que lhe permita suportar a manipulação, o transporte a si conservação em condições adequadas para o consumo. Com apartos do suitados.	CANTU	5,38
13	50,00	UN	parasilos e larvas.  LOURO DESIDRATADO- Embelgem com no minimo 50g, produto em condições adequadas de consumo, embalegem contendo informações do produto, data de fabricaçõe o prazo de validade.	INCAS	1,72
13	25,00	UN	SUCO DE MARACULIA, concentrado, embelagem de no minimo 500mi, com identificação do produto, valor nutricionel, ingredientas, peeo, febricante, data de	DELL	6,49
	50.00	UN	fabriciação e validade. UVA PASSA- escura, sem semerile, embalagem com minimo 100g, embalagem contendo informações do produto, data de	CANTU	2,99

13 8	50,00	KG	VAGEM - apresentando grau de maturação tal que the pennita suportar a manipiaŝejão, transporta e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausância de scijividades, parastas e tarvas. , embatagom contando informações do produto, data de fabricação e prazo de validade.	CANTU	9,40
13	500	ON	BALAS (MASTIGÁVEIS) sabores diversos (embelagam com mánimo 600 g) contendo informações de produto, data de fabricação e prazo de validade.	BERBAU	5,19
0	150	UN	BARRA DE CEREAL - embalsagem com mínimo 14g, contendo informações do produto, data de fabricação e prazo do validade.	PARATI	0,68
14 3	3.600	сх	CAIXA DE BOUBDAY com mírtimo 300g - contiendo bombors tipo water rechesdos coberios com chocolate ao leite, bombons de chocolate rechesdo com marendoim, bombons rechesdos com lette matitado, bombons rechesdos com cloo, bombons de chocolate com carameio a leite matitado, entre autros, embatagem coofendo informações dos produtos e prazo de validade.	GAROT	5,99
14	500	PAC	PIRULITOS - Sabores sortidos, pacote com	PECCIN	4,76
5			mínimo 450g - contendo 50 unidades, embalagem contendo informações do produto e prazo de validade.		

VALOR GLOBAL: R\$ 190,842,70 (cento e noventa reais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2019. PRAZO DE ENTREGA: 12 (doze) meses VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DATA DA ASSINATURA: 11 de julho de 2019

Mangueirinha, 11 de julho de 2019. PUBLIQUE-SE DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECO Nº 073/2019 --

PMM
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL N°042/2019-PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA - PR. CONTRATADA: I BENATO DOS SANTOS CLÍNICA E LABORATÓRIO ODONTOLÓGICO CNPJ/MF n.º 10.229.034/0001-06

OBJETO: Fornecimento de serviços e confecção de próteses dentárias totais maxiares e mandibulares e próteses dentárias dutais maxiares e mandibulares e próteses dentárias parciais removíveis, endodontia, acrilagem de próteses, conserto simples em próteses e reembasamento em próteses para pacientes em fila de espera, usuários do Sistema Único de

Saúde - SUS. Especificação Marca Preco

STATE .	1000				Unit.
3	150	SRV	REEMBASAMENTO EM PROTESE	VIPI	55,00
4	76	\$RV	CONFECÇÃO DE PROTESES TOTAL manditular e maxilar, placas de dente, rolete en cera, moldairas individual, montagen de dentes (dentes dentes com alto peeo molecular, dupla lapção cruzade – fluorescentes), remontagem, acrilização e vazamento de dentes.	VIPI	170,00
5	75	SRV	CONFECÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA REMOVIVEL (PPR) em cromo cobalto, mandibular e muellar, placas de dente, rotete em cera, montagem de dentes (dentes com alto peso molecular, dupla ligiação cruzada fluorescentes). remontagem, acrilização e vazamente de dentes.	VIPI	335,00
6	45	SRV	SERNIÇOS DE ENDODONTHA que trata das levides e decinças de polipa (narvo) e da raizi do dente. Populamiente, andodontis tambiém é chamadas de tratamiento de canal. Un tatamiento consiste na remoção do tecido mole (polipa) que se encontra na partie interne (canal) do dente e pode estar vivo, sadio, inflamado, infectado ou necresos de montre.	18	610,00
7	225	SRV	CONFECÇÃO DE PROTESES TOTAL mandibular e minilar, placas de dente, rolete em cera, moldeiras individual, montagem de dente (dentes com etto peco molecular, dupla ligação cruzade fluorescertas), remontagem, actilização e vezamento de dentes.	VIPI	140,00
8	225	SRV	CONFECÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA REMOVÍVEL (PPR) em cromo coballo, mandibular e maulis; placas de dente, rofete em cera, montagem de lendres (centras com alto peco molecular, dupla ligação cruzada fluorascertios), emilização e vazamento de dentes.	VIPI	299,00
9	135	SRV	SERVIÇOS DE ENDODONTIA que trata das leades e deenças de poipa (nervo) e da raiz do deste. Populamente, endodonita também é chamada de tratemento de carsal. Variamento consiste na remoção do tocido mole (polpa) que se encontra na parte interna (carsal do destre e pode estar vivo, sadio, inflamado: infectado ou necrosado (morto). Os serviços deverão sar executados por dente,	18	610,00

VALOR GLOBAL: R\$ 254.700,00 (duzentos e cinquenta e três

mil e selecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTĀRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da contra do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas

no orçamento 2019. PRAZO DE ENTREGA: 12 (doze) meses

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 09 de julho de 2019.
Mangueirinha, 09 de julho de 2019. PUBLIQUE-SE

DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 074/2019 -

PMM REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL N°042/2019-PMM CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA - PR. CONTRATADA: L.S.P. BONISSONI & CIA LTDA

CONTRATADA: LS.P. BONISSONI & CIA LTDA
CNPJMER, "06.104.823/0001-43
OBJETO: Fornecimento de serviços e confecção de próteses
dentárias totais maxilares e mandibulares e próteses dentárias
parciais removíveis, endodontia, acrilagem de prótese, conserto
simples em próteses e reembasamento em próteses para
pacientes em fila de espera, usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

ltem	Qt	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.
1	150	SRV	ACRILAGEM COM DENTES EM RESINA ACRILICA CONSILINIVED de afis densidade, resistente a força masilgatória e com estabilidade de cor, com anatomia semelhante ao dente natural, resistante as solubilidade e com tratural, resistante as solubilidade e com tratural no termico.	L.S.P. SONISSONI	104,00
2	100	SRV	CONSERTO SIMPLES DE PROTESE	LS.P. BONISSONI	29,00

reals).

reais).

ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orcamento 2019.

PRAZO DE ENTREGA: 12 (doze) meses VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DATA DA ASSINATURA: 09 de julho de 2019. Mangueirinha, 09 de julho de 2019. PUBLIQUE-SE DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECO Nº 072/2019 -

REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL N°048/2019-PMM CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA - PR CONTRATADA: SANTIAGO PAVIMENTAÇÕES LTDA-ME CNPJ/MF n.º 07.852.815/0001-48

OBJETO: Fornecimento de Concreto Usinado FCK, para atender a demanda do Departamento de Obras e Engenharia desta municipalidade

Item	Quant	Unid.	Especificação	Prego Unit.
1	200,00	M3	CONCRETO USINADO Fok = 20 Mpa	340,00
2	500,00	M3	CONCRETO USINADO Fck = 25 Mpa	360,00
3	300.00	M3	CONCRETO USINADO Fok = 30 Mpa	375,00

VALOR GLOBAL: R\$ 360.500,00 (trezentos e sessenta mil e

quinhentos reals).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2019. PRAZO DE ENTREGA: 12 (doze) meses

VIGENCIA: 12 (doze) meses DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2019 Mangueirinha, 04 de julho de 2019. PUBLIQUE-SE DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

### PORTARIA 21/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, Vereador Luiz Guesser, no uso de suas atribuições regimentais, conferidas pelo artigo 30°, inciso II e XVI, do Regimento Interno e do artigo 36, inciso II e XVI da Lei Orgânica Municipal, combinado com artigo 37, inciso II, parte final da Carta Magna e Lei Municipal nº 2213/14, resolve

Licença sem remuneração ao Vereador Rafael Bosco de Souza, nos termos do artigo 11, Inciso II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmas, o prazo da licença será do dia 13 de julho de 2019 à 02 de agosto de

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se,

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Palmas. 17 de julho de

Luiz Guesser

Presidente do Legislativo Municipal



MUNICIPO DE CLEVELÂNDIA

MUNICIPO DE CLEVELÁNDIA

EDITAL Nº 027/2019

CHAMAMIENTO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015

O PRÉSETTO MUNICIPAL DE CLEVELÁNDIA, no uso da suas ribuições legals previstas no art. 43, índez IV da Ltd Orgánica Municipal, considerando o suuldado do Concurso Público 01/2015

RESOLVE:

18 ESOLVE:

19 ESOLVE:

20 delta 001/2015, para se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefinitura unicipal de Clevelándia-SP. municida do documentos neros o dias 2027/2019 a 29/87/2016 guanda fora nocios.

INSC. NOME CLASSIFICAÇÃO

SSSIGO GLAUCIA RÍANE MARQUAT BERNO

AT. 2" - A candidata aproveda poderá obter info
acerca da documentação a ser apresentada junto ao Departamento de Recursos hum
Prefeitura de Clevelândia-PR.

Art. 3º - A candidata aprovada caso não o acima determinado para assumir a vaga ofertada, será automaticamente eli-público.

Art. 4º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação

revogadas as disposições em control.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA,
ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE JULHO DE 2019.
ADEMIR JOSÉ GHELLER
Prefoto Municipal

Espécie: Extrato do Cocrasio nº 277/2019. Contratante: Município de Chopirúrho, Contratada: Jenonimo da Rocha Laso. Chi? 1.1747.857/0001-33. Objeto: Contratação de empresa para aquiação de mosiciamento. Valor H\$ 2.172.16 (dois mil, saterantos e dois ressa e destoto contraterado Consenso de Libergão de Macine, Fandamento Legal. Público de ressa de destoto contraterado Consenso de Libergão de Macine, Fandamento Legal. Público de Assertado de Social Comercios de Oscial Consenso de decendro de Público de Libergão de Assertado de Público de Assertado de Público de Libergão de Assertado de Público de Público

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 34/2019
Tendo em vista o Parecer da Conissão de Julgemento e da Procumdoria Municipia, que aputaram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite of 34/2018, su. ÁLYARO DÉNIS CENISCOLARO, Prefeto, tomo público a RATIFICAÇÃO do procedimento em epigarão e a ADJUDICAÇÃO do

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL RS
JERONIMO DA ROCHA LEAO	11.747.667/0001-33	R\$ 2.712,18

# Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

101

Quinta-Feira, 18 de Julho de 2019

Ano VIII - Edição Nº 1900

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

#### RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2019

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 34/2019, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, tomo pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epigrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
JERONIMO DA ROCHA LEAO	11.747.657/0001-33	R\$ 2.712,18

Conforme proposta. É a decisão, Gabinete do Prefeito de Chopinzinho-PR, 16 de julho 2019. Álvaro Dênis Ceni Scolaro. Prefeito.

HH05962

# Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 18 de Julho de 2019

Ano VIII - Edição Nº 1900

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Espécie: Extrato do Contrato nº 277/2019.

Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Jeronimo da Rocha Leao. CNPJ: 11.747.657/0001-33. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos. Valor R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos). Origem: Dispensa de Licitação nº 34/2019. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93. Elementos de despesa: (1837) Fonte: 303. Data da assinatura 16/07/2019. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Jeronimo da Rocha Leao, pela Empresa.

#### Função: Enfermeiro

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
EMERSON CLÁUDIO COLOMBO	9.º Lugar	

#### Anexo II

#### Relação de Exames

A aptidão médica para o emprego será avaliada com base nos seguintes exames laboratoriais e pareceres médicos:

#### Enfermeiro e Técnico de Enfermagem:

- Avaliação Clínica Abrangendo Anamnese Ocupacional. Exames Físicos e Mentais:
- · Anti HBC
- Anti HBS
- · Anti HCV:
- · HBs Ag (Antígeno Austrália);
- · Hemograma Completo;
- Vacinas Saúde (Recomendação SBIm 2017/2018

Publicado por:

Ivete Maria Lorenzi

Código Identificador:1CFB66F8

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 66-2019

<u>HOMOLOGAÇÃO</u>

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 66/2019

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Item - Compras nº 66/2019, de 27/06/19, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total - R\$
NELI TEREZINHA DA SILVA MAQUINAS - ME	28.900,00
TOTAL HOMOLOGADO	28.900,00

Que apresentou o Menor Preço para o Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 15/07/19.

# Prefeito

Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk

Código Identificador:7A76A8D7

# SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO CONTRATO 276-2019 - PREGÃO 66-2019

Espécie: Extrato do Contrato nº 276/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Aquisição de Equipamento Agrícola Tipo Distribuidor de Fertilizantes e Corretivos, para Produtos Sólidos. Vigência: 90 dias. Valor: R\$ 28.900,00. Origem: Pregão Presencial nº 66/2019. Fundamento Legal: Lei Federal 8.666/93. Elemento de despesa: (639) F/504. Data da assinatura: 16/07/2019. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Daniel Gottardo, pela Empresa.

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:DF4F26BA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PP 33/2019

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL N.º 33/2019 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PRODUTOS PARA DIETAS ENTE-RAIS, SUPLEMENTOS

#### ALIMENTARES E FÓR-MULAS INFANTIS COM PRESCRIÇÃO MÉDICA.

CONVOCAÇÃO

O Pregoeiro do Município de Chopinzinho – PR, comunica que concluída a análise técnica pela Secretaria de Saúde, convoca os interessados para participar da Sessão Pública para continuidade do referido processo.

Data: 19/07/2019 (sexta-feira), às 14:00 hrs. Local: Sede do Município de Chopinzinho

Endereço: Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel

Chopinzinho, 17 de julho de 2019.

#### ONERIO CAMBRUZZI FILHO

Pregoeiro

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:E9E3BE94

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 277-2019

Espécie: Extrato do Contrato nº 277/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Jeronimo da Rocha Leao. CNPJ: 11.747.657/0001-33. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos. Valor R\$ 2.712,18 (dois mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos). Origem: Dispensa de Licitação nº 34/2019. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93. Elementos de despesa: (1837) Fonte: 303. Data da assinatura 16/07/2019. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Jeronimo da Rocha Leao, pela Empresa.

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:0EB38860

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO DL 34-2019

# RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO N°34/2019

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Limite nº 34/2019, eu, ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	Valor total RS
JERONIMO DA ROCHA LEAO	11.747.657/0001-33	R\$ 2.712,18

Conforme proposta. É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho-PR, 16 de julho 2019.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO.

Prefeito.

Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:FE3ED742

# ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

#### GABINETE DA PREFEITA PORTARIA Nº 420/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### RESOLVE:

I - Nomear o Senhora Thaís Antoniacomi, RG. nº 13.214.864-3 e CPF nº 096.071.249-61, para ocupar o cargo em Comissão de Gestora do Núcleo de Projetos e Programas Fisco Tributário, do Departamento